

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO

LUCAS ZINI RIBEIRO

**COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE DE VIÇOSA NUMA PESQUISA
GUIADA POR AFETOS:
APARÊNCIAS E LATÊNCIAS DE UMA CATEGORIA POLÍTICA NOS CONTEXTOS
PANDÊMICOS**

Viçosa, MG
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO

LUCAS ZINI RIBEIRO

**COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE DE VIÇOSA NUMA PESQUISA
GUIADA POR AFETOS:
APARÊNCIAS E LATÊNCIAS DE UMA CATEGORIA POLÍTICA NOS CONTEXTOS
PANDÊMICOS**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra

Viçosa, MG
2022



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

FOLHA DA BANCA

Monografia intitulada “Comunicação e Juventude de Viçosa numa pesquisa guiada por Afetos: Aparências e Latências de uma Categoria Política nos contextos pandêmicos”, de autoria do estudante Lucas Zini Ribeiro, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra - Orientador
Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFV

Prof^a. Dr^a. Kátia de Lourdes Fraga
Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFV

Prof^a. Dr^a. Mariana Ramalho Procópio Xavier
Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFV

Viçosa, 10 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi construído a muitas mãos e perpassa muito mais do que apenas a minha vivência acadêmica. Ele surgiu lá atrás, quando meus pais Marcos e Rejane conferiram subsídio moral, cultural e afetivo para que eu me tornasse quem eu sou. Que aturaram os meus frequentes questionamentos sobre a vida, sobre como funcionam as coisas e até mesmo sobre como a fonética da palavra “tucano” era esquisita e não fazia o menor sentido. Em meio aos pães, bolos e abraços, me instigaram a desbravar o mundo, compreender que ninguém faz nada sozinho e que sem os afetos não somos nada. Que a vida, como Guimarães Rosa um dia escreveu, é mutirão de todos, por todos remexida e temperada. E que tempero gostoso ganhou a minha vida!

Tive a feliz sorte de encontrar muita gente boa no meu caminho com quem eu pude contar. Gente que sem saber, e que talvez eu não tivesse a maturidade emocional para falar no momento, foram parte fundamental e constitutiva de quem eu me construo a cada dia para ser. Nem sempre foi fácil, mas descobri que ter com quem partilhar deixa tudo mais leve. Esse TCC representa uma forte crença minha: a de que podemos ser melhores, mais humanos e que ouvir e legitimar as vivências é o primeiro passo para construirmos qualquer coisa. Seja na vida, nas relações ou até mesmo no país.

Agradeço aos meus amigos da Câmara Municipal de Viçosa, Wagner, Daniel, Lurdinha, Emília e Maju. Ao Artur, do Folha da Mata (e também da minha turma!). Ao Registro Escolar da UFV, na pessoa do Edson, por me auxiliar com os dados da Universidade. Às secretarias municipais de Saúde, Educação, Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes de Viçosa, à Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova e à Univiçosa pelos dados compartilhados. A ciência, e eu, agradecemos!

Obrigado aos professores, a quem eu chamo de meus, por todo o aprendizado e possibilidades conferidas. Mariana Procópio, Ricardo Duarte, Henrique Mazetti, Jonathan Fagundes (por último!) e outros tantos que marcaram a minha graduação e que levarei com carinho por onde eu caminhar. Agradeço demais à Priscila, à Carlinha, ao (jornalista) Mateus, ao Albert, ao Leandro, ao Diogo e ao Rafael por todo apoio - e compreensão às vezes. Agradeço, sobretudo, à Universidade Federal de Viçosa, de modo geral, para não correr o risco de não mencionar os inúmeros servidores que contribuíram para a minha formação. Essa instituição prova dia após dia que é com educação e ciência de qualidade que vamos mudar as realidades. Que feliz seria se todos tivessem oportunidade de acessar esse mundo!

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial à Kátia Fraga, professora, amiga e quase mãe nesses tempos de Viçosa. Uma pessoa que me ensinou muito e acreditou no meu potencial, às vezes bem mais do que eu mesmo acreditava. Dona de uma alegria no coração que contagia e cativa, sempre, me arrancou risadas, choradeiras e um sentimento de profunda gratidão por todo o afeto. Obrigado, “prof”! E obrigado também ao Edilton!

Outro que merece um parágrafo e um caminhão de coisas boas é o meu orientador, Rennan Mafra. Com seu carisma ímpar, você foi fonte de inspiração, questionamentos, alternativas e muito acolhimento a tudo que eu queria expressar. Você não tem só o dedo, mas a mão inteira no pesquisador que eu quero ser. Obrigado pela empatia, pelas dicas e pelos comentários elogiosos que me deixavam feliz demais no meio de tanta incerteza. Obrigado!

Sou grato, também, à Carol, minha terapeuta, pelo excelente trabalho de me ajudar a organizar esse caos instaurado na minha cabeça e me fazer entender e conversar com meus próprios sentimentos sem medo, ou com um pouco menos (um dia de cada vez...).

Agradeço também ao Abraão, à Mafê, à Renatinha, à Stéfany (e aos pais dela, Robert e Roseni, é claro), à Vitória (bro!) e aos meus queridos da COM18. Foi lindo aprender com vocês e ver o crescimento de cada um. Obrigado por compreenderem as minhas ausências e celebrar a minha presença sempre que possível!

Agradeço, todos os dias, pelo CAJor, pelo DCE e por todas as experiências que vieram carregadas de pessoas admiráveis com quem eu muito aprendi. Gente que chegou, e quando vi, já estavam esparramadas dentro do meu coração. Thais, Nicole, Marina, Mariana, Luanna e ao Pedrão, de forma especial. Você se tornou um amigo, amigo! Um conselheiro e um bobo corajoso que esteve sempre ao meu lado, seja dentro de um batalhão da Polícia Militar ou no quintal da sua casa fazendo carinho nos pets. Um lambeijo para a Diana e o Corisco também!

Esse parágrafo vai ser dividido por duas pessoas, assim como os nossos neurônios. Noemi e Maria Clara, vocês não fazem ideia do quão importantes foram e são pra mim. Não sei onde nem como a gente adquiriu essa simbiose esquisita, mas sei que isso me faz muito bem. Obrigado por serem porto seguro e me darem a certeza de que eu não estou sozinho, mesmo deslocado à quilômetros de vocês.

Pra mim, admirar é um dos sentires mais grandiosos e bonitos que o ser humano pode ter. Admirar é antropofagia. É pegar um pouquinho de cada um que admiro e absorver no meus próprios traços. À vocês, meus amigos, professores e familiares, citados e não-citados, além da minha profunda gratidão, toda admiração do mundo.

Muito obrigado!

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo compreender quais os atravessamentos a juventude, como uma categoria política, tem na cidade de Viçosa e como a categoria tanto aparece quanto se torna latente nas políticas públicas locais e nos contextos político-institucionais. Além disso, pretendemos expor as tensões presentes em iniciativas e documentos oficiais do Poder Público Municipal, além de identificar latências e aparências no tratamento da juventude em espaços de poder, na mídia local e nas redes sociais. A pesquisa justifica-se pelo perfil majoritário da população viçosense, composta em sua maioria por jovens estudantes. Segundo o IBGE, pelo menos 48,64% dos viçosenses têm até 29 anos de idade, quase o dobro da proporção observada no país. Ainda é preciso salientar que, dada a inconsistência dos dados relativos à população flutuante no município, é possível inferir que o percentual seja ainda maior do que o consolidado nos dados. Nesse cenário, os resultados desta pesquisa evidenciam o quanto a juventude, como categoria política, é marcada por demandas latentes e conflitos constantes com o poder público local.

Palavras-Chave: Juventude, Dissenso, Políticas Públicas, Virada Afetiva, Poder.

ABSTRACT

This monograph aims to understand what crossings youth, as a political category, have in the city of Viçosa and how the category both appears and becomes latent in local public policies and in political-institutional contexts. In addition, we intend to expose the tensions present in initiatives and official documents of the Municipal Public Power, in addition to identifying latencies and appearances in the treatment of youth in spaces of power, in the local media and on social networks. The research is justified by the majority profile of the population of Viçosa, composed mostly of young students. According to the IBGE, at least 48.64% of Viçosa are aged up to 29 years, almost double the proportion observed in the country. It is still necessary to point out that, given the inconsistency of the data related to the floating population in the municipality, it is possible to infer that the percentage is even higher than that consolidated in the data. In this scenario, the results of this research show how youth, as a political category, is marked by latent demands and constant conflicts with the local government.

Keywords: Youth, Dissent, Public Policy, Affects, Power.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Noções de juventude	12
1.2. Apontamentos metodológicos	17
2. A EMERGÊNCIA DE UMA CATEGORIA POLÍTICA	22
2.1. As Juventudes de Viçosa	27
2.2. Latências das juventudes	31
3. APARÊNCIAS E SUBJETIVAÇÕES DA JUVENTUDE: UM TRANSITAR PELOS CONTEXTOS PANDÊMICOS	35
3.1. Aparências midiáticas da juventude no contexto viçosense	37
3.1.1. Compreensão Ampliada: Iramuteq	39
3.1.2. Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	40
3.1.3. Método de Reinert	44
3.1.4. Nuvem de Palavras	47
3.2. A dramaturgia dissensual das juventudes em Viçosa: um relato cronológico da experiência juvenil e estudantil na pandemia	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
5. REFERÊNCIAS	69

1. INTRODUÇÃO

Este texto foi escrito num período em que a pandemia da Covid-19, deflagrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, deu sinais de que o seu tão esperado fim estava próximo. Graças à ciência e à vacinação, e apesar de todos os esforços contrários empenhados pelo Governo Bolsonaro e escancarados pela CPI da Pandemia¹, é possível, enfim, desfrutar de um presente e vislumbrar um futuro em que os encontros são permitidos e, sobretudo, fomentados. Sabemos, entretanto, que chegar até aqui não foi nem um pouco fácil. O luto, a perda e as várias outras tormentas experienciadas durante o enfrentamento dessa situação sem precedentes atravessaram nossas vivências enquanto fomos obrigados a fingir normalidade em meio ao caos.

A brutalidade e a violência mobilizadas nas falas que afirmavam que “o Brasil não pode parar”² ou, então, em questionamentos como “vão ficar chorando até quando?”³, estiveram presentes em cada um dos dias em que permanecemos vivos nessa realidade distópica que impera no Brasil. Mais uma vez: não foi nem um pouco fácil. Lidar com tudo isso já não seria, mas tornou-se ainda mais complicado ao vermos que o vírus letal encontrou no Governo Federal um verdadeiro aliado para ceifar, até agora, quase 700 mil vidas brasileiras - muitas dessas conhecidas por nós próprios e motivo de saudade constante.

Sei que não é essa a temática primária deste texto, mas é impossível iniciá-lo de outra forma. A pandemia me marcou profundamente, e foi nela que eu aprendi a expressar melhor as minhas emoções e a valorizar pequenas vitórias e avanços. Por isso, mesmo com todos os atravancamentos, a palavra que rege esse texto é: esperança. Impressiona-me a forma como uma pequena unidade significativa, como esta, pode mobilizar compreensões e forjar sentimentos na gente. A esperança, para mim, é enxergar possibilidades. É acreditar que dá para fazer. É desejar e esperar por alguma coisa. É ver na história não um determinismo, mas sim uma possibilidade do que pode ser.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, uma vez disse que a esperança não pode faltar a nenhum trabalhador social (FREIRE, 1992). Este não pode ser, segundo ele, um

¹ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, realizada pelo Senado Federal. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf>. Acesso em: 9 jul 2022.

² Campanha publicitária contra medidas de isolamento na pandemia, lançada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal em março de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em: 9 jul 2022.

³ Fala proferida pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro durante evento em março de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/chega-de-frescura-vaio-ficar-chorando-ate-quando-pergunta-bolsonaro/>. Acesso em: 9 jul 2022.

sujeito neutro frente ao mundo, à desumanização ou à permanência do que já não representam caminhos. É ela, portanto, o sentimento que impregna este trabalho e me inspira na espera, na medida em que começo a busca, uma vez que “não é possível buscar sem esperança de encontrar algo” (FREIRE, 1992, p. 43). O professor também nos diz que a esperança que não se organiza, morre. Isto é, de nada adianta o sentimento que imbuí as palavras deste texto se não for ordenado no papel e partilhado com a comunidade. Esperança é para ser sentida em conjunto ou, do contrário, tende a perder a vida junto com a carne de quem primeiro a conjurou.

Nem sempre freireano, este sentimento paira sobre as minhas reflexões há um bom tempo - de maneira um pouco mais forte enquanto estive à frente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa (DCE-UFV), entre novembro de 2021 e junho de 2022. Na oportunidade, experimentei diversos embates e enfrentamentos de classe, representando os quase quinze mil estudantes da graduação⁴ junto à Administração Superior da UFV, aos órgãos colegiados, à Câmara Municipal de Viçosa (CMV), à Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV) e a demais autarquias públicas. Ter acesso aos problemas dessa parcela da população a partir de um posto com tamanha demanda social é um processo muito amadurecedor, sobretudo quando existe a necessidade de encaminhá-los para uma resolução.

Para além dos desafios expressos de lidar com eles em si, a posição de liderança estudantil abre espaço para uma participação social pouco comum na sociedade. Repare bem: sou um jovem de 22 anos (agora), estudante de Comunicação Social, homossexual, cisgênero, politicamente posicionado à esquerda e oriundo de uma cidade que não a que me elegeu. Numa análise de casas de representação popular, como a Câmara Municipal de Viçosa, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as representações municipais, estaduais e federais do Poder Executivo no Brasil, por exemplo, podemos constatar que inexistem, hoje, qualquer indivíduo com as mesmas características e/ou posições, semelhantes que sejam, às minhas ou de outras lideranças estudantis jovens.

Na Câmara dos Deputados, num paralelo, se a legislatura 2019-22 fosse sintetizada num único perfil médio, ela seria um homem branco, casado, milionário, com ensino superior completo e 49 anos de idade⁵. A nova legislatura, eleita no pleito de 2022, também não demonstrou grandes mudanças em relação ao padrão. De todos os eleitos, a maioria tem entre

⁴ Disponível em:

<https://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2021/08/UFV-EM-NU%CC%81MEROS-2021-CORRIGIDO.pdf>.

Acesso em 9 jul. 2022.

⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml>. Acesso em 9 jul. 2022.

50 e 59 anos, de acordo com os dados estatísticos divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁶. A taxa de renovação ficou abaixo da registrada em 2018 e, mesmo com o aumento do número de mulheres e negros ocupando cadeiras no Legislativo Federal⁷, em ambos os casos, a representação segue bem abaixo da proporção verificada na população. A partir de 2023, quando os novos escolhidos assumirem os mandatos, a Câmara terá 91 deputadas federais e 135 parlamentares negros – autodeterminados pardos ou pretos. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE, todavia, a população brasileira é composta majoritariamente por mulheres e negros e está concentrada na faixa etária dos 15 aos 34 anos (IBGE, 2010). Existe, minimamente, nesse caso, uma diferença entre o perfil médio de quem representa e do quem é representado - fato que se repete nas demais instâncias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

É neste cenário que uma liderança estudantil jovem precisa se posicionar e fazer valer as demandas expostas por seus pares. Dialogar com autoridades que nem sempre compreendem as mazelas, as manifestações, as necessidades; que não observam a urgência de algumas pautas; e/ou possuem outras prioridades coadunadas à sua própria realidade é sempre um desafio à parte. É também neste cenário que, mesmo com a ação de lideranças jovens, é forjada uma sub-representação da juventude a partir da omissão, camuflagem e preterimento de questões latentes e importantes para o grupamento social, com o consequente aprofundamento de diversos problemas.

Quase um quarto da população brasileira é composta por pessoas de 15 a 29 anos. É natural, nesse contexto, que o contingente de quase 50 milhões de pessoas - a maior geração de jovens da história, segundo o IBGE - apresente demandas específicas para seu próprio desenvolvimento - e do país, por tabela, dado o tamanho do grupo. O que não me parece tão natural, e este é um dos nossos pontos de investigação, é que um grupamento tão grande assim permaneça sub-representado na política e não encontre abertura para discutir políticas públicas que impactam na própria *juventude*.

Em Viçosa, cidade incrustada nas montanhas da Zona da Mata mineira, a população geral é estimada em 79.910 habitantes (IBGE, 2021). Destes, aproximadamente vinte mil, ou quase 25% de toda a cidade, são estudantes universitários da graduação e pós-graduação vinculados à Universidade Federal de Viçosa. Além destes, ainda é possível encontrar um significativo número de estudantes nas universidades e faculdades privadas sediadas no

⁶ Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em 5 out. 2022.

⁷ Brasil elege número recorde de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/03/brasil-elege-numero-record-e-de-mulheres-e-negros-para-a-camara_ghtml. Acesso em 5 out. 2022.

município, como a Univiçosa, Faculdade de Viçosa, Unopar, Estácio e outras. Somados a estes e aqueles, a cidade ainda recebe estudantes do ensino básico, técnico e tecnológico em instituições como o Colégio de Aplicação Coluni, da UFV, e ingressantes em “cursinhos” pré-vestibulares.

A vocação educadora da cidade, bem como o perfil da população, composta em sua maioria por jovens estudantes, conferem uma dinâmica própria à Viçosa. Ainda segundo o IBGE, 48,64% dos viçosenses têm até 29 anos de idade. Isso significa que uma a cada duas pessoas na cidade compõem a faixa etária considerada *juventude*. É importante, ainda, levar em conta que boa parte desses estudantes integra a chamada “população flutuante” - grupo que se estabelece na cidade apenas por um determinado período de tempo, como o da graduação, por exemplo. Essa população não é calculada pelos parâmetros do IBGE, o que nos permite inferir que a população jovem em Viçosa possa ser ainda maior do que os dados nos possibilitam afirmar.

Ainda que pelo menos metade da população seja considerada *juventude* na cidade, Viçosa não possui um Fórum Municipal de Juventude e o seu Conselho (CMJV) está inativo. Ambos espaços são obrigações constitucionais e ferramentas importantes no combate à sub-representação política das juventudes, sendo órgãos colegiados de caráter consultivo, propositivo e fiscalizador com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude. Outrossim, também é possível observar constantes embates entre a Prefeitura e os estudantes, intensificados após o retorno presencial parcial das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFV, em fevereiro de 2022, e integral, em maio do mesmo ano.

Nesse sentido, algumas perguntas interessantes a serem respondidas são: Qual o papel da Prefeitura e do Poder Público Municipal numa cidade que possui quase metade da sua população abaixo dos 29 anos? Como uma cidade com quase metade da sua população abaixo dos 29 anos não dispõe de ferramentas específicas para elaborar políticas públicas para este maciço populacional? Como a Prefeitura e o Poder Público Municipal de uma cidade que tem quase metade da sua população abaixo dos 29 anos portam-se perante ao referido público?

Dessa forma, nos interessa compreender no decorrer desta monografia quais os atravessamentos a juventude, como uma categoria política, tem na cidade de Viçosa e como a categoria emerge nas políticas públicas locais e nos contextos político-institucionais. Também objetivamos narrar as diferentes juventudes presentes no contexto viçosense e identificar se existe algum tratamento distinto por parte do poder público a estes. Além disso, pretendemos

expor as tensões presentes em iniciativas, projetos de lei e documentos oficiais do Poder Público Municipal, além de identificar latências e aparências no tratamento da juventude em espaços de poder, na mídia local e nas redes sociais.

1.1. Noções de Juventude

Quando falamos em *juventude*, muitas vezes, utilizamos um recorte etário como ferramenta para definir ou explicar o grupamento em questão. Aqui no Brasil, por exemplo, o *Estatuto da Juventude*⁸ considera jovem o sujeito que tem de 15 até 29 anos completos. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, compreende que a *juventude* é composta apenas pelos indivíduos que têm entre 15 e 24 anos de idade. São essas métricas que, nos dois casos e independente dos méritos que resultaram em tais definições, ajudam a fixar os princípios, diretrizes e o escopo das políticas públicas direcionadas ao referido grupo.

Em outras vezes, contudo, e é aqui que nos interessa, lançamos mão de outros artifícios que podem nos ajudar a definir com mais sofisticação o que chamamos de *juventude*. Para além de uma fase da vida ou a simples quantidade de anos contada por alguns dedos ajuntados nas mãos, é preciso compreender a interseccionalidade do “ser jovem” com recortes que envolvam elementos de classe, raça, gênero, aspectos sociais, geográficos e outros tantos, uma vez que *juventude* não é um conceito natural, mas, sim, de acordo com Peralva (1997), uma construção social e histórica constantemente em disputa.

Ajuda-nos a compreender essa concepção de *juventude* a projeção de um *imaginário sociodiscursivo* que engessa, por muito, o entendimento da classe. Para Patrick Charaudeau (2008), estudioso da representação e da análise do discurso, este é um conceito complementar ao de *estereótipo* que consiste numa representação coletiva cristalizada, incrustada de valores, que constitui um lugar e um senso-comum de onde partem os “achares” sociais. Em outras palavras, o imaginário sociodiscursivo é o conjunto de concepções e preconceitos acerca de determinada questão aplicado a um indivíduo que carrega alguma das marcas características de tal. Geralmente, esses estereótipos tendem a caricaturar e a acentuar algum atributo - quase sempre de forma negativa e/ou pejorativa.

Esse fenômeno acontece sem grande engendramento social, mas pode ser fortalecido, alimentado e retroalimentado quando produções midiáticas e os discursos empregados ajudam a reforçar o imaginário por meio da sua reprodução. Nesse sentido, é comum que antes de um olhar aprofundado sobre o que podemos chamar de “existências juvenis”,

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 9 jul 2022.

estejam presentes como fatores importantes de embasamento a pouca quantidade de idade, experiência e/ou “borogodó” para lidar com a vida. O jovem, então, é tido como uma tábula rasa, independente de suas vivências e entendimentos próprios.

É nessa mesma linha que Tânia Salem (1986) afirma que existe uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, ao negar todo o presente vivido e ter como principal característica aquilo que o jovem ainda não chegou a ser (apud DAYRELL, 2003, p. 25). Segundo ela, essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido como espaço válido de formação e as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o seu futuro ou a função a ser desempenhada nas estruturas de uma matriz moderna de sociedade.

Conforme Bourdieu (1983, p. 112), visto que seus atributos são uma categoria socialmente construída, sobretudo por outrem que não os próprios, a palavra *juventude* se presta a todo tipo de manipulação. Seja na escola, universidade, trabalho, seja em quaisquer searas que abriguem existências juvenis, estas estão sempre submetidas a alguma forma de coação para atingir determinados objetivos e expectativas impostas a eles, de forma direta ou indireta. Isto é, a *juventude*, enquanto categoria, existe num “limbo” em que a sua própria existência não é suficiente para determinar suas próprias vontades, desejos e entendimentos, sendo encarada como subalterna e passível apenas do aprendizado a ser construído ali. Qualquer desvio dessa regra manipulatória e de engessamento é tomada como uma transgressão - “coisa típica da idade!”.

Para Groppo (2010), existem dois modelos clássicos de análise sociológica moderna da juventude: o *funcionalista* e o da *moratória social*. O primeiro, assentado no paradigma da integração social e em categorias explicativas, mostra as “rebeldias juvenis” enquanto disfunções características da delinquência. O segundo, da *moratória social*, assenta-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência a considerar as “rebeldias juvenis” um impulso à transformação social a partir do radicalismo. Em outras palavras, para a análise clássica sociológica moderna, o mesmo jovem, ao mesmo tempo, é aquele que ora ocupa o papel do delinquente promotor de rupturas no modelo tradicional de costumes, ora do agente catalisador de mudanças positivas a partir de seu próprio instinto vocacionado ao futuro.

A negação do presente vivido, unida às expectativas que transicionam entre a exclusão pela delinquência socialmente inaceitável e a exclusão pela transformação social considerada utópica, contribui para um apagamento da juventude dos cenários políticos e de

representação - uma vez que, junto do seu presente vivido, as suas experiências, os seus conhecimentos e as suas posições são relevadas e postas no mesmo arranjo de ilegitimidade. Esse conhecimento adquirido ao longo da vida, todavia, será lido como uma experiência genuína e autêntica a partir do amadurecimento do indivíduo (SALEM, 1986), corroborando para o entendimento de que a idade é fator determinante para a criação do conceito e, principalmente, das leituras sociais que se fazem do grupamento juvenil.

Não pretendo com este texto, entretanto, dizer que práticas pedagógicas e de ensino são desnecessárias ou, então, que o conhecimento forjado nas vivências juvenis sejam suficientes para a sua formação integral, mas sim refletir sobre a posição de submissão destes indivíduos a regras que não foram criadas por eles próprios - um comportamento esperado e incentivado socialmente. A juventude, é, nesse contexto, concebida como um mero período compreendido na transição entre a infância e a vida adulta - posta como o ponto último da maturidade e do entendimento sobre a vida. Essa afirmação me parece falaciosa, uma vez que podemos convir que a maturidade sócio-cultural-emocional depende mais de eventos presenciados do que apenas da idade, propriamente dita.

Outro ponto é que, de acordo com Morin (1970 apud PETRAGLIA; BASTOS, 2009), a definição de fases da vida, que encontra em seus extremos o nascimento e a morte, sofreu uma alteração profunda na modernidade ocidental, na medida em que o envelhecimento postergado transforma os papéis sociais. Isto é, com os adventos tecnológicos, medicinais e de aprimoramento da qualidade e segurança de vida dos sujeitos, é natural que a expectativa de vida destes seja alterada para mais. Assim, abrem-se oportunidades de vivenciar outros períodos dessa jornada que ainda não eram comuns a um grande conjunto de indivíduos.

Segundo as Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil em 2019⁹, publicadas pelo IBGE, a esperança de vida do brasileiro aumentou em 31,1 anos desde 1940. Essa “sobrevida” inaugura possibilidades e permite uma reorganização das fases da vida de modo a prorrogar a juventude e a vida adulta, atrasando a velhice dentro das novas delimitações de existência física. Contudo, mesmo com essa diferenciação e com novas perspectivas para o papel da juventude, a idade ainda não é o único fator de análise deste grupo - ao menos não para todas as juventudes:

Se utilizarmos apenas os argumentos cronológico-etários na comunidade transsexual, por exemplo, o conceito de juventude poderia ser compreendido de forma diferente. Veja

⁹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ibge-esperanca-de-vida-do-brasileiro-aumentou-311-anos-desde-1940>. Acesso em 10 jul 2022.

bem: de acordo com levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)¹⁰, as travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil, com uma expectativa de vida que chega apenas aos 35 anos de idade, enquanto a da população em geral é de 74,9 anos - mais do que o dobro. Se, para essas pessoas, o final da vida chega aos 35 anos, como se dá a juventude? E o caso das pessoas trans que são “convidadas” a se retirarem de casa e a assumirem os compromissos da vida adulta mais cedo? Além de todos os outros, a elas também é negado o direito à juventude? Me parecem algumas questões importantes a serem consideradas e anexadas à complexidade do tema.

Nesse sentido, construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la múltipla e complexa (MORIN, 2001). Dayrell (2003), nesse sentido, argumenta que é preciso compreender a *juventude* no plural, com um *S* no final, numa definição que abarque suas dimensões sociais e políticas. Repare: quando você nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu de você e, portanto, não foi produzida por você (nem por mim!). Assim, o gênero, a raça, a estrutura familiar e financeira, o local onde você mora, estuda ou trabalha, dentre outros inúmeros aspectos, são dimensões que vão interferir na sua produção enquanto sujeito social, independentemente das suas próprias ações.

Ao mesmo tempo, na vida cotidiana, esses aspectos entram em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentidos que dizem quem ele é, o que é o mundo e quem são os outros. É no nível das sociabilidades, portanto, que os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, que resulta numa cultura própria. Certeau (2014) afirma que é nos diferentes modos de atuação dos indivíduos em suas ações que surge o *cotidiano*, estabelecendo a centralidade do tempo e do espaço de vida nas práticas sociais, nas “maneiras de fazer” e de tecer as atividades do dia a dia. Assim, os sujeitos demarcam a sua singularidade e o seu lugar no mundo por meio de suas próprias formas de agir e ajudam a construir a pluralidade social que emerge dessas interações.

A partir disso, compreendemos o conceito de juventude como a fração de uma gradação evolutiva maior e mais abrangente constitutiva de indivíduos, em que também pesam as singularidades marcadas na vida de cada um. A juventude, nesse sentido, consiste

¹⁰ Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 9 jul 2022.

num momento estabelecido, mas não pode estar circunscrita a um mero episódio por assumir em si uma importância legítima de vivência dos sujeitos. É nela, sobretudo, quando são formados traços de personalidade e autenticidade, forjados nos laços de sociabilidade criados em espaços de vivência - cada um à sua maneira. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para destacar a diversidade de modos de ser jovem existentes.

Usualmente, as noções de sujeito social são compreendidas num sentido próprio a partir de um consenso do que seria o seu significado, sinonímia de indivíduo, ator social e/ou integrante da sociedade. Para alguns, falar em “sujeito” implica uma condição que se alcança, definindo-se alguns pré-requisitos para tal; para outros, é uma condição ontológica, no sentido mais abrangente do ser, própria do ser humano. Essa condição humana é vista, então, como um processo constitutivo de tornar-se, formar-se por si próprio, no qual o ser se constitui como sujeito social à medida que se constrói como ser humano, a partir da formulação e aprimoramento das características, competências e funcionalidades que atravessam a vivência humana moderna.

Se você nasce, mas não é registrado em cartório, por exemplo, você inexistente para o Estado. Se você nasce em algum dos rincões do país e não galga a sociabilidade com outros sujeitos, você inexistente para a sociedade. Se você nasce em algum dos rincões do país ou nas periferias e galga sociabilidade com outros sujeitos, sua origem ainda pode ser fator de exclusão. Se você vive em sociedade, mas não entrega alguma produção socialmente esperada, como trabalho, estudo e afins, você é relegado ao posto da diferença. Se você nasce em sociedade, trabalha e estuda, mas desempenha essas funções em alguma área considerada destoante do padrão, você também é alvo de julgamentos dada a quebra de expectativas - com risco de ser estampado em alguma manchete de jornal a depender da peculiaridade expressa. Interseccione, agora, este raciocínio com questões básicas como raça, gênero, sexualidade, religião e classe social.

Segundo Peralva (1997, p.9), a *juventude* é, ao mesmo tempo, “uma condição social e um tipo de representação”. Ainda que haja uma série de situações comuns aos sujeitos que compõem determinada faixa de idade, que perpassam condições psicológicas, de desenvolvimento físico e outrem, a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, lida com esse momento e propõe formas de representação é mais variada e complexa. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, regiões geográficas, dentre outros tantos aspectos.

Nesse sentido, é preciso levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades e de viver plenamente a sua condição humana (SANTOS, 2010). A negação radical de conhecimentos e da própria existência dos indivíduos enquanto seres sociais produz uma ausência radical, nesse caso, a ausência de humanidade, que desvela a sub-humanidade moderna. A relação entre os dois ou mais grupamentos aprofunda a desigualdade, uma vez que “seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (SANTOS, 2010, p.9).

Não é que alguns jovens não se construam como sujeitos, ou sejam sujeitos pela metade, mas sim que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem - “quem não tem cão, caça com gato”, numa lógica popular. Essa sub-humanidade é produzida no momento em que o sujeito não tem acesso à educação, saúde, lazer e outras tantas necessidades - já garantidas pela Lei. É nessa tentativa de reduzir desigualdades latentes que foi promulgada a Constituição Cidadã de 1988 e, posteriormente, o Estatuto da Juventude, em 2013. Coadunada aos anseios populares e ao texto constitucional, a presente monografia pretende esmiuçar percepções e encontrar possíveis respostas para as perguntas levantadas anteriormente a partir de um olhar afetivo.

1.2. Apontamentos metodológicos

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 2002, p. 29).

Tendo como premissa fundamental o entendimento freireano de que conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos, a presente monografia parte de inquietações que me são caras e vivenciadas na pele. Essa forma de pesquisar, cunhada por Alphonso Lingis (MORICEAU, 2019), é chamada de virada afetiva, justamente por levar em consideração as afetações provocadas no pesquisador como relevantes no processo de conhecer, narrar e perceber. Para isso, é preciso, antes de tudo, ir além do que conhecemos por afeto no senso comum, geralmente relacionado ao carinho destinado à alguém ou outras interpretações positivas. Não que não seja, mas “afetar” não se limita a apenas isso.

O verbo, segundo o dicionário Michaelis¹¹ da língua portuguesa, tem seu significado expresso pelo “fazer crer”, “causar abalo em”, “provocar mal-estar”, “dizer respeito a” e

¹¹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/afetar/>. Acesso em 4 out. 2022.

“interessar”. Portanto, os afetos estão na seara do sentir, que atravessam física e/ou psicologicamente os sujeitos e interferem de alguma forma em suas vidas. Isto é, o afeto concerne em tudo aquilo que nos envolve de alguma maneira. É o arrepio na pele, é a dor experienciada, o pensar e o refletir que rasgam as nossas vivências e impactam a nossa forma de levar a vida.

É preciso salientar que estes afetos nunca serão neutros, uma vez que o sentir é carregado de experiências e munido de sentidos e significações próprias embasadas na própria vivência do sentidor. Alegrias, tristezas, dores ou prazeres... Cada afeto mobiliza em nós algum significado orgânico, intrínseco à vivência pessoal e, portanto, indissociável do sujeito em questão. Isso por, justamente, ser algo que em sua essência **NOS AFETA** (em negrito e letras maiúsculas, com o devido destaque).

Um dos referenciais utilizados aqui é Jean-Luc Moriceau, doutor em Ciências de Gestão pela Universidade de Paris IX Dauphine e professor do Programa de Pós-Graduação do Institut Mines-Télécom. Segundo ele, ao colocar afetos no centro da pesquisa e aplicar o método de Alphonso Lingis, a virada afetiva nos oferece uma “possibilidade privilegiada para estudar a comunicação, incluindo questões de gênero, vulnerabilidade e desigualdade” (MORICEAU, 2019, p. 41), e são esses os exatos pontos de interesse desta pesquisa. Com Alphonso Lingis, o outro não é estudado, nem objeto de estudo, mas sim ator importante no processo da pesquisa com possibilidade de afetar os entendimentos ontológicos do próprio autor e a sua posição no mundo pré-formulado pelas suas ideias. Se para parte da academia isso é sacrilégio, aqui esse é o nosso objetivo: afetar e ser afetado pelas vivências do que chamamos de escopo de estudo nos permitirá compreender e interpretar nas subjetividades como funcionam as relações sociais.

François Laplantine (2007) aborda em um dos capítulos do livro *Aprender Antropologia*, a questão do observador como parte integrante de seu estudo. Para ele, é “insuficiência” da prática do pesquisador pretender alcançar a neutralidade absoluta e recolher fatos objetivos. Isso porque, segundo ele, “o observador esquece [...] do princípio da totalidade [...], pois o estudo da totalidade de um fenômeno social supõe a integração do observador no próprio campo de observação”. Isto é, “nunca somos testemunhas objetivas observando objetos, e sim sujeitos observando outros sujeitos” (LAPLANTINE, 2007, p. 169).

Na mesma perspectiva, Boaventura de Souza Santos, em seu *Discurso sobre as Ciências*, propõe que nesta lógica de pensar se estabelece a centralidade nas abstrações matemáticas, que vai produzir a relação conhecimento-quantificação, onde seu rigor

científico se dará pelas medições feitas, ou seja, “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante”, além de reduzir a complexidade do conhecer. Ainda para o autor (2010, p. 22), o comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes. É preciso, nesse sentido, “compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e dos sentidos que os agentes conferem às suas ações” (SANTOS, 2010, p. 22).

O pesquisador, sociólogo, antropólogo e filósofo francês Edgar Morin, também concorda. O autor sugere que a ciência ainda possui como princípio o mesmo “da física do século XIX, e sua ideologia implícita continua sendo a do cristianismo e do humanismo ocidental” (MORIN, 2015, p. 17). E é nesse sentido, que ele salienta a necessidade de reformulação na forma de pensar de pesquisadores, cientistas e da comunidade científica como um todo. Morin, então, propõe um novo método como preceito fundamental, o da *complexidade*. Segundo ele, é necessário adotar uma bandeira mais rica que a da simplificação, sendo esta pela necessidade de sempre encontrar alguma explicação. Com o método da complexidade também se observa, distingue e analisa assim como em outros métodos, no entanto, este comunica a partir de um lugar que reconhece a existência tanto do que se observa quanto de quem observa. Assim como o autor, considero esta muito mais coerente do que as outras teorias que se estendem sobre um campo tão vasto que se limitam a repetir incansavelmente suas generalidades (MORIN, 2015, p. 49), sobretudo para os estudos na área das Humanidades.

Enquanto a pesquisa é geralmente a busca pelo que já sabemos, ou do que suspeitamos, embasados na revisão de literatura, nas hipóteses e no paradigma compartilhado, a virada afetiva nos passos de Lingis vem do estranho ou do estrangeiro (MORICEAU, 2019, p. 48). Moriceau ainda vai além e afirma que, geralmente, o conhecimento atua como um “sistema de defesa para não ser afetado” e “traduz o estranho no que já é conhecido e interpõe o julgamento antes da exposição do corpo” (MORICEAU, 2019, p. 46), num claro engessamento do entender. Essa perspectiva também coaduna-se com o pensamento de Paulo Freire:

Todos estes termos [científicos] envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar [...] a formação e a constituição de conhecimentos autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais coisas (FREIRE, 2002, p. 20).

Nesse contexto, tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma mera opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e, sobretudo, ética, não apenas durante o processo de pesquisa mas também em meu cotidiano enquanto jovem. A experiência da pesquisa, e, sobretudo, as experiências que vivi enquanto liderança estudantil, me possibilitaram acessar diversas nuances relacionais que não me seriam possíveis em outra situação. Portanto, aqui a experiência e o sensível são fatores importantes e legítimos para a construção deste texto-relato.

Para aprimorar as análises, também lançamos mão de outras metodologias combinadas. Centrada na pesquisa qualitativa, por meio da análise de conteúdo (Minayo, 2001), verificamos os possíveis significados e sentidos presentes em matérias jornalísticas veiculadas pelo jornal Folha da Mata - periódico mais tradicional e com maior circulação no município de Viçosa. Para Minayo (2001), essa metodologia é uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência; contempla as concepções teóricas da abordagem e um conjunto de técnicas que possibilita a construção da realidade e o potencial criativo do investigador, com sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade subjetiva. Nesse sentido, procuramos observar as aparências da juventude em tal espaço midiático e nas falas de autoridades ali alocadas.

Para isso, categorizamos todas as matérias presentes no jornal veiculadas entre março de 2020 (quando a pandemia da COVID-19 foi deflagrada) até junho de 2022 (um mês depois do retorno integral das atividades da UFV) e selecionamos as que continham alguma aparência e/ou relação com a juventude local e suas disputas. Em seguida, o corpus textual foi analisado por meio do software *Iramuteq* - Interface R¹² para análise Multidimensional de Texto e Questionário. Este é um programa que realiza análise textual e, portanto, foi utilizado como ferramenta metodológica para auxiliar no tratamento das falas, expressões e palavras relacionadas ao contexto da juventude expressa pelo Jornal.

A partir disso, realizamos uma análise de conteúdo para verificar as intencionalidades dos textos processados (Bardin, 2011), valendo-se dos métodos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Nuvem de Palavras, ambos processados pelo *Iramuteq*. Na primeira análise, o programa reparte o corpus, neste caso, o conjunto das matérias coletadas,

¹² O Iramuteq funciona utilizando paralelamente o Software livre R, que é uma linguagem com foco em análises estatísticas e gráficas. O R é “um pacote estatístico open-source e esta flexibilidade o torna bastante popular no meio acadêmico”, proporcionando da “produção das análises e gráficos, incluindo símbolos e fórmulas matemáticas, uma vez que o usuário detém total controle sobre o que está sendo desenhado”. Informações disponíveis em: https://rstudio-pubs-static.s3.amazonaws.com/106363_3cdd7d2bedb74c32a5ae86b4bdefb435.html Acesso em: 3 out. 2022.

agrupando-as de acordo com as classes temáticas formadas a partir das palavras que obtiveram mais frequência e maior associação (χ^2) entre si (CAMARGO & JUSTO, 2016). Em outras palavras, o corpus é “cortado” em segmentos de texto (STs), formados por pequenos trechos das matérias recortadas no texto analisado. Esses segmentos de texto são agrupados em classes temáticas a partir da junção das palavras com maior relação entre si, permitindo, assim, uma compreensão ampliada dos grupos de discursos e das ideias lançadas pelo veículo de imprensa acerca da juventude.

Dessa forma, unindo os afetos à pesquisa qualitativa, considero que esta monografia não apresenta como temáticas apenas a juventude, problemas sociais, emergências e latências, mas também os atravessamentos que estão para além do meu papel de pesquisador e de ser que pesquisa - imbuído dos meus sentimentos, emoções e carga de vivências. Minha função aqui é, a partir desta metodologia combinada, exprimir e partilhar o sensível, permeado pelos afetos e mediado pela minha própria existência. Assim, não classifico esta como uma pesquisa que explica, mas sim que comunica. Assim como Morin afirmou, entrego a minha dimensão subjetiva, coloco-a no papel (tela, ou onde for), e confiro à você, que me lê, a possibilidade de detectar a minha subjetividade expressa (MORIN, 2015, p. 116). Te convido a, junto comigo, permitir-se afetar e ser afetado pela palavra escrita e pelo sensível aqui manifestado.

2. A EMERGÊNCIA DE UMA CATEGORIA POLÍTICA

O subtítulo desta monografia define a juventude como uma “categoria política” e promete elencar suas aparências e emergências no contexto viçosense. Essa é uma tentativa de afirmar o relevante grupamento social enquanto uma categoria política de fato, mas que parte mais de um desejo e torcida minha do que propriamente um recorte do real. Certamente é uma categoria e inegavelmente política, mas, será possível destacar a juventude viçosense como participante dos processos políticos da cidade?

Antes de adentrar a esta discussão, tomemos como fundamento a definição de política a partir de Jacques Rancière: para o autor, a política é a “cena na qual se colocam em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes” (1995, p.81). Essa definição difere, portanto, do senso comum que estabelece a política como o conjunto dos processos pelos quais se operam o “consentimento das coletividades, a organização e repartição dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1995, p.82). Essa segunda, o autor propõe chamar de polícia - como uma forma de engessamento e promoção de uma ordem pública desvelada a partir da coerção social normativa. Ela não tem a ver, portanto, com os agentes de segurança e a atuação das forças da ordem, a quem o autor denomina como baixa-polícia e classifica como uma mera ferramenta de manutenção do sistema policial.

As reflexões do autor sobre o conceito de política, nesse sentido, partem de uma premissa em que as relações interpessoais e subjetivas presentes nos arranjos da sociedade são firmadas na definição de igualdade e da sua conseqüente ausência e negação. Dentro de um cosmo democrático, com direitos e garantias de igualdade conferidas pela Lei, cogita-se que todos sejam iguais. Entretanto, o autor argumenta que essa igualdade não é um pressuposto assegurado a todos os indivíduos, mas sim objeto de constante verificação ocorrida por meio de práticas e ações políticas, comunicacionais e estéticas. Se a política se dá nas cenas de relações entre seres falantes, o primeiro passo é perceber quais sujeitos possuem condições de fala nas esferas discursivas de poder e se essas são simétricas.

A política, segundo ele, se constitui justamente porque coloca em questão a suposta igualdade que existiria entre os sujeitos que participam da vida política de uma comunidade e que seria assegurada pelos seus direitos legalmente constituídos. Esse questionamento da igualdade permite a “exposição de um dano na medida em que revela que, originalmente,

existem parcelas que não são contadas como parte efetiva de uma comunidade”, ou seja, existem sujeitos que são vistos como incapazes de aportar contribuições significativas para a vida em comum (RANCIÈRE, 2009, p. 277). É essa a exata percepção também levantada por Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que a ausência radical da igualdade garantida aos indivíduos, suscita, nesse caso, a sub-humanidade moderna (SANTOS, 2010, p.9).

Rancière ainda defende que enquanto a partilha do sensível promovida pela política visa retirar os corpos de seus lugares previamente determinados pelas estruturas sociais, a ação ordenativa e majoritária promovida pela polícia privilegia os sujeitos cuja posição social definem e atestam suas competências ao todo. Assim, o dissenso e suas manifestações permitem romper a configuração sensível e exigir a inclusão de indivíduos desiguais, a quem ele classifica como “sem-parte”, num contexto comum. O autor salienta que esse movimento não é o resultado de uma simples relação entre um fora e um dentro estabelecidos previamente, mas deriva, na verdade, de “um modo de partilha que torna a própria partilha invisível, uma vez que os excluídos são tornados inaudíveis” (RUBY, 2009, p.61). Dessa forma, somente são visíveis e audíveis num espaço discursivo aqueles que logram êxito em sua “funcionalidade” para o comum - que, do contrário, sequer serão considerados candidatos à inclusão social (SANTOS, 2010, p.9).

Todavia, o comum para Rancière é “um espaço polêmico de confronto entre formas opostas de definição do que deve ser compartilhado” (2009, p. 277) e não existe em si por si próprio. Ele é construído e, como tal, pode ser revisado - ainda que haja resistência das forças policiais. Essa atualização somente é possível a partir da formulação de uma cena que movimenta o dissenso, de forma a produzir um conflito existencial que pretende verificar se de fato existe a igualdade entre os indivíduos participantes. Essa reivindicação da presença no comum se dá por meio das ações e enunciações dos “seres falantes”, que questionam a lógica vigente e pleiteiam o posto da referida igualdade. É esse movimento ininterrupto de definição e redefinição do comum que delimita a poética da política e torna as vivências mais democráticas.

A ética vista sob essa perspectiva de atualização, confere à democracia o seu caráter de reconfiguração do imaginário e de uma esfera constitutiva de direitos, através da criação de cenas dissensuais nas quais a igualdade é constantemente posta em questão (RANCIÈRE, 2010, p. 188). A postura de reclamar direitos pressupõe, dessa forma, uma assimetria que coloca em xeque a lógica dominante da igualdade, que, segundo o autor, apaga conflitos, diferenças e resistências. O conceito de igualdade, nesse sentido, operaria para promover a manutenção de uma ordem já vigente, mas falaciosa, uma vez que se a igualdade realmente

existisse não seria necessário demandar necessidades de equiparação a uma esfera coletiva por meio de um enfrentamento de classe.

Isso não significa, porém, que as demandas serão atendidas por completo ou nem mesmo que serão atendidas, uma vez que a política é legitimada pelo atendimento às necessidades da ordem consensual, ignorando demandas de minorias políticas (RANCIÈRE, 2010, p. 191). O consenso, por partir de uma maioria, estabelece uma impossibilidade de discussão de minúcias que somente seriam colocadas pela minoria oposta. Num cenário em que existe uma diferença entre o perfil médio de quem representa e do de quem é representado, esse enquadramento conceitual e imagético provocado pelo consenso - uma vez que a maior parte dos discutidores preferiu - dispõem sobre as discussões existentes uma aura de inalterabilidade a partir do que é considerado hegemônico - e, portanto, não está passível de alteração. Por isso, a figura do consenso reduz os sujeitos a meros parceiros de interlocução com interesses a serem defendidos e transforma o processo político em jogo de especialistas (RANCIÈRE, 2004).

A ética significa a constituição de uma esfera indistinta na qual não só a especificidade das práticas políticas e artísticas se dissolvem, mas também o que é formado no seio da velha moralidade: a distinção entre fatos e leis, entre aquilo que é e aquilo que deveria ser (RANCIÈRE, 2010, p.184).

A escravidão, o holocausto e outras tantas formas de subjugação extrema de setores da humanidade eram amparadas por lei e, portanto, consensuais entre os que desfrutavam do poder. Nesse sentido, Rancière afirma que “a comunidade política tende a ser transformada em uma comunidade ética, que junta povos e partes singulares em um único povo que é supostamente contado como igual” (2010, p. 189). Essa imagem traçada para caracterizar a comunidade atual retrata a descrença de Rancière com relação à democracia liberal, uma vez que esse regime reitera a redução da política ao discurso unificador do Estado ou da lei, promovendo um rastro consensual para a coexistência.

Segundo o autor, esse consenso representa o apagamento total da política, uma vez que ela está erradicada no dissenso, na luta e na contestação. No regime policial, a partilha do sensível não é uma regra disciplinar ou máquina ideológica que fixa os indivíduos em seus lugares por um mecanismo de ilusão necessária ou controle do corpo, mas são as relações entre o visível, o enunciável e o pensável que operam no espaço em que coisas são nomeadas, discursos são produzidos e ações são desempenhadas (2010, p. 190). Ao usar de determinismos consensuais, Rancière afirma que o contexto policial confere ao mundo um horizonte cada vez mais totalizante, que anula resistências e ceifa possibilidades do contraditório nas instâncias de convivência.

Aqueles que divergem do hegemônico-consensual são vistos como indivíduos que não têm nada a oferecer ao coletivo e, portanto, também não teriam nada a contribuir para com as atividades políticas. Essa percepção faz com que esses sujeitos tenham a sua existência política negada, colocados em posição de meros interlocutores no melhor dos cenários. Eles se localizariam, então, no difícil local de não ter uma existência reconhecida na hierarquia social da ordem política, fator que também imputa a estes alguns obstáculos complicadores (e por vezes impeditivos) à inserção no sistema. É como um ônibus em movimento: se eles não foram contados como iguais e pares passíveis da participação política desde o princípio, como inseri-los nessa dinâmica?

A faceta manifesta da exclusão pela desigualdade ganha contornos ainda piores quando os indivíduos performam o estereótipo minoritário. Tracemos um paralelo: quando veste uma camisa de futebol, você se torna um fidedigno representante do time que traja. Qualquer um que seja ligado à bolha esportiva sente-se no direito de zombá-lo em caso de derrota ou, então, de comemorar junto a vitória alcançada pela agremiação. Em casos menos amistosos, o simples fato portar algum artigo que explicita a sua preferência pode desencadear agressões físicas e verbais. Você não é jogador, comissão técnica ou membro da diretoria (provavelmente), mas a sua posição de exaltação da torcida já é suficiente para provocar reações de outrem.

Uma camisa de time, ou tatuagem que seja, são elementos fáceis de esconder e mascarar. A problemática maior está no fato de que a própria existência destes seres-no-mundo são suficientes para deflagrar uma exclusão política: mulheres, negros, lgbtqiap+, jovens, pessoas com deficiência, pobres e outras tantas minorias, sequer possuem o direito de fazer ressoar suas reivindicações num espaço comum sem que sejam questionados pelo conceito falacioso da igualdade. Racismo? Como, se somos todos iguais? Lgbtqiap+fobia? Como, se somos todos iguais? Feminismo pra quê, se já somos todos iguais?

Nesse diapasão, demandas populares de grupos minoritários seguem sem apreciação dos poderes públicos estabelecidos. Desde 1988, por exemplo, nenhuma lei voltada ao público LGBTQIAP+ foi aprovada no Congresso. A legalidade do casamento homoafetivo foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011¹³, quando se alterou o entendimento do Código Civil de que a família só é formada por uma mulher e um homem. A partir da jurisprudência deflagrada, foram permitidas as uniões entre pessoas do mesmo sexo com as mesmas regras e os mesmos direitos das uniões entre casais heterossexuais. Outra

¹³ ADPF disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em 14 out. 2022.

antiga demanda, a do nome social para pessoas travestis e transgêneras, somente foi colocada em prática pelo Decreto Presidencial Nº 8.727/2016 - que regula o seu uso apenas na esfera da administração pública federal.

Outras legislações, como a lei de cotas¹⁴, que implementou ações afirmativas que garantem a reserva de metade das vagas de institutos e universidades federais para ex-alunos da rede pública, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, enfrentou forte resistência para sua aprovação e manutenção. Para ser aprovada, os parlamentares precisaram inserir no texto um dispositivo de revisão para que a lei fosse revista no prazo de 10 anos após ser sancionada. O prazo acabou em agosto de 2022, em meio a uma série de pressões e ameaças partidas do poder Executivo e de legisladores aliados¹⁵. Até o momento, não foi realizada nenhuma discussão sobre o tema no Congresso.

Ainda que pautas identitárias e/ou oriundas de grupos minoritários ressoem com mais frequência nas redes sociais, nas instituições da mídia e no cotidiano da população, dificilmente essas são levadas à frente pelos representantes do povo e transformam-se em políticas públicas. Nesse sentido, clamores populares não são suficientes para guiar gestores em busca da referida, e constitucionalmente garantida, igualdade. Prova disso é que, mesmo com os números exorbitantes da fome no Brasil - 33,1 milhões de pessoas passando fome e outras 125,2 milhões em insegurança alimentar, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar¹⁶ -, o governo federal e o congresso não aprovaram qualquer medida, paliativa que seja, para o contexto da fome.

Pelo contrário, diante dos números levantados, o presidente Jair Messias Bolsonaro disse: "se a gente for em qualquer padaria, não tem ninguém ali pedindo para você comprar um pão para ele. Isso não existe. Eu, falando isso, estou perdendo votos, mas a verdade você não pode deixar de dizer"¹⁷. Infelizmente, ainda que muito mais escrachado no presente caso exposto, o padrão de omissão aos problemas apresentados é uma constante. Nesse sentido, é possível afirmar que aquele que vê na ferida sutil algo sem importância é precisamente aquele que "erigiu um sistema de defesa que o impede de apreender a variedade de afecções,

¹⁴ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 14 out. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em 14 out. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 14 out. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/26/ja-viu-alguem-pedindo-pao-na-porta-da-padaria-pergunta-bolsonaro-ao-falar-sobre-fome-no-brasil.ghtml>. Acesso em 14 out. 2022.

reduzindo-as a uma resposta uniforme” e igualmente totalizadora, assim como defendido por Rancière (STIEGLER, apud BUTLER, 2015, p.21).

Não é a intenção deste texto, entretanto, bradar contra a democracia ou defender regimes autoritários. Os problemas aqui explicitados só ganharam contornos que possibilitaram feixes de alteração dentro de regências democráticas, em que por meio da política poética, estética e dissensual, lograram importantes avanços sociais no contexto brasileiro. Nessa defesa, recorro à escritora e filósofa brasileira Marilena Chaui, que afirma que “os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles” (CHAUI, 2000, p.563). Nesse sentido, a democracia representa importante espaço comum - também em disputa! - para que opere o dissenso a partir das ações e enunciações dos “seres falantes” para questionar a lógica vigente e pleitear, enfim, o posto da referida igualdade.

2.1. As Juventudes de Viçosa

Antes de compreendermos a atual configuração da cidade de Viçosa e definir as juventudes que nela coexistem, é necessário entender os fundamentos históricos que contribuíram para a formação e estruturação do município. Segundo Ribeiro Filho (1997), mesmo com atividade humana anterior e a presença dos povos originários Aimorés e Puris na região, o primeiro adensamento do espaço urbano viçosense deu-se no contexto de queda da extração mineral e o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais. Os habitantes de Ouro Preto, Mariana e Piranga, afetados pelo declínio econômico e a redução dos postos de emprego, procuraram outras oportunidades na crescente atividade agrícola instalada nas terras férteis da zona da mata mineira, onde localiza-se o município.

Com a chegada da estrada de ferro “*The Leopoldina Railway*”, em 1884, a então Viçosa de Santa Rita ganhou vocação mercantil e de prestação de serviços. Nesse contexto de produção de alimentos e reorganização macroeconômica, a presença da ferrovia alavancou o desenvolvimento da cidade e supriu a demanda por transporte da produção regional, principalmente a de café (RIBEIRO FILHO, 1997).

A partir da década de 1920, o espaço urbano transformou-se completamente com a construção e implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), inaugurada em 1926. Segundo Ribeiro Filho, a obra foi realizada por influência do então Presidente da República, Arthur Bernardes, nascido em Viçosa, como forma de fortalecer o estado mineiro frente ao paulista num contexto da denominada “República do Café com Leite”. Nos anos seguintes à inauguração da escola, a cidade passou por transformações

estruturais urbanas impulsionadas pela vinda de novos moradores atraídos pela oportunidade de emprego na cidade e região, inaugurando uma nova função urbana e vocação para a cidade.

Anos depois, em 1948, o governo do Estado elevou a ESAV ao posto de Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), composta pela antiga Escola e pelas recém criadas Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Especialização e pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa. Com a expansão de seus cursos e estrutura, a população urbana da cidade aumentou significativamente. Em 1969, o governo optou por federalizá-la e a antiga UREMG passou, então, a ser denominada como Universidade Federal de Viçosa.

Entretanto, o aporte de recursos para manutenção, criação de novos cursos, ampliação física e aumento do número de funcionários proporcionado pelo Governo Federal restringiu-se apenas à Universidade, sem que fossem realizadas melhorias estruturais no município para garantir a expansão, o que, como relata Ribeiro Filho, foi o fator decisivo para a observância de uma urbanização desordenada naquele contexto. O poder público municipal não estava preparado para receber o enorme contingente populacional e administrar as novas demandas que surgiam em decorrência da ampliação da Universidade e da nova população, sobretudo num intervalo tão curto de tempo (RIBEIRO FILHO, 1997).

Dessa forma, estruturas básicas não foram conferidas ao público e o adensamento demográfico ficou visível nas áreas que margeavam as terras da UFV. A verticalização de bairros, como o de Ramos, e o surgimento de outros, como Bela Vista, Fátima, Santa Clara, Belvedere e o Morro do Pintinho, construídos em terreno acidentado e sem planejamento prévio, explicitaram a corrida por unidades habitacionais que suprissem a demanda dos novos contingentes. Além disso, o aterramento e a tubulação do Córrego Conceição, que cortava toda a área compreendida pelo centro da cidade, foram realizados pela Prefeitura para garantir um terreno plano que comportasse a construção de prédios e edificações. A obra, também feita às pressas, é questionada e gera problemas até os dias atuais. Em dezembro de 2021, uma cratera se abriu na praça Mário Del Giudice após as manilhas da obra não suportarem o fluxo de uma forte chuva.



Figura 1 (Córrego Conceição, em 1960) e **Figura 2** (Cratera aberta em dezembro de 2021). As duas fotografias foram captadas no mesmo lugar, diante da atual Praça Mário Del Giudice. (Fotos: Alfredo Santos/Prefeitura de Viçosa e Acervo Histórico da UFV, respectivamente).

Ainda que sem a estrutura urbana necessária, o êxito atingido pela Universidade e os incentivos à educação superior privada propostos pelo Governo Federal inauguraram uma nova era na cidade com a criação da Univiçosa (2000) e da Faculdade de Viçosa (2001) e com a chegada de outras redes de ensino superior privadas ao município no decorrer da primeira década dos anos 2000. Junto delas, cursos preparatórios pré-vestibular, pré-Coluni (Colégio de Aplicação da UFV) e outras instituições privadas com foco no ensino médio também foram instaladas na cidade - fenômeno que contribuiu para a vinda de mais estudantes para o município.

A criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com base na perspectiva da democratização do acesso ao ensino superior público, pelo então Governo Lula, permitiu à UFV uma expansão ainda maior. Novos cursos e programas de pós-graduação foram criados e outros cursos, já consolidados, tiveram a oportunidade de expandir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre 2002 e 2009, a Universidade Federal de Viçosa passou de 7.535 estudantes matriculados na graduação para 9.380 - um aumento de quase 25%, fora a nova leva de pós-graduandos¹⁸. Esses investimentos foram suficientes para fazer saltar o número de habitantes de 64.854, em 2000, para 72.220 em 2010, segundo o IBGE - um acréscimo de 11,35%. Em 20 anos, de 2002 até 2022, a UFV dobrou o número de estudantes na graduação - de 7.535 para quase 16 mil.

Como já relatado, o crescimento visto nas duas ondas de grande investimento na UFV e a chegada de outras instituições na cidade não foram combinados com a estruturação do

¹⁸ Informações obtidas em: <https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/>. Acesso em 6 out. 2022.

município. A população, economicamente dependente da Universidade e do mercado de consumo atraído por ela, reforçou o caráter terciário da economia viçosense. Nesse contexto, a prestação de serviços e os pequenos negócios locais com foco no atendimento às necessidades primárias dos seus novos moradores passaram a protagonizar o PIB do município, segundo a Prefeitura. Além disso, outros atrativos turísticos, culturais e de lazer, como festas, calouradas e os tradicionais “rocks”, ajudaram a impulsionar o motor econômico e a dinâmica da cidade.

Em meio a isso, demandas habitacionais, de saúde, educação, segurança e outras tantas precisaram ser colocadas em funcionamento e ampliadas para cobrir a defasagem aberta pela grande procura, na medida em que surgiam novas necessidades e outras eram aprofundadas. O peculiar caso viçosense difere do padrão de formação da maior parte das cidades brasileiras, já que a comunidade foi construída (e ainda é) a partir das condições da UFV, de sua expansão e do boom populacional advindo da chegada de novos moradores. Hoje, dos 72.220 habitantes do município, a Unidade Básica de Saúde Central - responsável por atender os munícipes residentes no Centro da cidade - atende a pelo menos 20.000 moradores¹⁹ - cerca de 27% de toda a população. Esse pode ser um ponto possível para entender o grande adensamento demográfico presente nos arredores da Universidade e o pouco planejamento para solucionar os gargalos impostos.

Outro ponto peculiar e único da cidade é que, se no Brasil cerca de um quarto da população é composta por pessoas abaixo dos 29 anos, em Viçosa, esse contingente chega a pelo menos 48,64%, segundo o IBGE. Digo “pelo menos” porque, dada a inconsistência dos dados relativos à população flutuante no município, não é possível afirmar com exatidão a quantidade de jovens residentes na cidade. A presença da Universidade Federal de Viçosa e de outras instituições de ensino médio, técnico e superior como Coluni, Anglo, Univiçosa, Faculdade de Viçosa, Unopar, Estácio e outras, confere ao contingente populacional uma grande variação de público na cidade, que se renova todos os anos com a despedida de formandos e a chegada de novos estudantes.

Segundo o próprio IBGE, a população flutuante é o conjunto de indivíduos presentes no território, por um período de curta duração, por motivos recreativos, de turismo, visita a familiares, negócios e/ou estudo. Está incluída nesta categoria a população pendular: aquela que “reside em um município e trabalha ou estuda em outro, ou seja, todos os dias ela migra

¹⁹ Informações obtidas via ligação telefônica à UBS Central em 14 de outubro de 2022.

de um município a outro para estudar ou trabalhar²⁰. Também se considera nesta população os indivíduos que migram de um município para outro por algumas horas com objetivo de estudo, trabalho, comércio ou lazer.

Só na UFV, com o represamento de alunos ocasionado pela pandemia e a admissão anual de calouros, estão vinculados 15.658 estudantes à graduação da IFES, segundo dados atualizados da Diretoria de Registro Escolar (DRE)²¹ para o período letivo de 2022/2. Somados aos 3.238 estudantes da Univiçosa²², maior instituição de ensino privada sediada no município, e descontando as demais sediadas em Viçosa, podemos inferir que os dados coletados pelo IBGE em 2010 e projetados para 2021 estão defasados em relação à realidade. Este é um ponto de debate constante das autoridades municipais, que cobram do Estado e da União mais recursos para custear investimentos e políticas públicas para a população geral com base no número real de habitantes.²³

Para além da população flutuante, ainda é preciso considerar a população nativa do município e os que lá se estabeleceram - afinal, são um grupo importante na definição da economia, dos costumes e de outros traços culturais. A procissão de Santa Rita, realizada anualmente em 20 de maio e ininterruptamente desde que a cidade era a vila Viçosa de Santa Rita, no século XIX, é prova da manutenção da identidade cultural própria do viçosense nativo, junto de outras manifestações religiosas e da cultura local. Outros moradores que não são nativos, mas que escolheram a cidade para morar, também ajudam a formular o contexto cosmopolita numa pequena urbe em pleno interior de Minas Gerais. Estes e aqueles, dentro das suas especificidades, também compõem a população e ajudam a “engrossar o caldo” da juventude por meio da continuidade de suas famílias.

Numa cidade tão diversa, coexistem as juventudes universitárias da UFV, as juventudes universitárias de outros polos de ensino superior, as juventudes das escolas de ensino básico municipal, estadual e federal, as juventudes de cursinhos preparatórios, as juventudes trabalhadoras, as juventudes nativas centrais, periféricas e outras tantas, que em sua diversidade e modos diversos de agir, constroem Viçosa como uma das cidades mais jovens do país. Cada qual com suas demandas e vivências construídas no cotidiano compartilhado (CERTEAU, 2014), divididos pelas diferentes experiências constituídas nos

²⁰ Informações obtidas em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93202.pdf>. Acesso em 6 out. 2022.

²¹ Informações obtidas em: <https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/>. Acesso em 6 out. 2022.

²² Informação obtida por meio de e-mail enviado à instituição de 14 de outubro de 2022.

²³ Informações obtidas em: <https://www.vicosa.mg.leg.br/institucional/noticias/2016/12-2016/vereador-se-reune-com-ibge-para-discutir-populacao-flutuante-do-municipio>. Acesso em 6 out. 2022.

múltiplos contextos viçosenses, mas unidos numa camada etária preponderante no conjunto populacional.

É possível imaginar que numa cidade tão jovem assim, o poder público esteja preparado e planejado para receber suas demandas e exista uma representação maior para as necessidades de tamanho agrupamento populacional - mas não é esse o cenário observado. Na atual legislatura da Câmara Municipal de Viçosa, apenas dois vereadores têm menos de 29 anos: Daniel Aparecido de Araújo Cabral (PCdoB) e Jamille Gomes (PT). Além disso, como já exposto na introdução, Viçosa não possui um Fórum Municipal de Juventude e o seu Conselho (CMJV) está inativo - sendo que ambos espaços são obrigações constitucionais e ferramentas importantes no combate à sub-representação política das juventudes.

Além disso, também é possível observar constantes embates e cenas de dissenso entre Prefeitura, Câmara, setores da sociedade, estudantes e outros grupos juvenis. Nesse cenário, demandas da sociedade e de um maciço populacional que representa pelo menos 48,64% da população, são relegados a uma não-discussão. Como já afirmei, é natural que um grupo tão grande assim tenha demandas específicas. Agora, o que não me parece tão natural é que esse agrupamento tão grande permaneça sub-representado na política e não encontre abertura e espaços institucionais para discutir políticas públicas que impactam na própria *juventude*, como veremos a seguir.

2.2. Latências das Juventudes

O conceito de juventude está relacionado, principalmente, às políticas públicas. Promulgado em 2013, o Estatuto da Juventude é importante norteador de políticas públicas para mais de 47 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Em seu texto, o documento traz artigos que reafirmam os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas para Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). O documento prevê direitos específicos para a juventude, como o Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; e Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.

Sposito e Carrano (2003) apontam para as mudanças proporcionadas por governos recentes que se preocuparam com a juventude e as expectativas desse grupo, num entendimento de que preparar a juventude reflete na formação e amadurecimento da nação.

Eles também indicam que os jovens sempre foram assistidos por políticas públicas voltadas para outros setores, tais como saúde, educação e trabalho. Entretanto, políticas que entendam as necessidades específicas de um grupo tão diverso quanto a juventude são fundamentais para desenvolvimento do país e de seus cidadãos no escopo de promoção da igualdade em que se baseia a Constituição Cidadã de 1988. Ao atender um grupamento tão grande quanto este, o Estado cumpriria o seu papel constitucional na promoção das políticas intrínsecas a eles. Por isso, além destas, o Estatuto da Juventude também implementou o Sinajuve, um sistema que organiza e estimula a participação dos jovens no planejamento e avaliação de ações e programas que constituem as políticas públicas garantidas por lei.

Ao mesmo tempo, pode-se observar que o pensar a respeito da juventude pela modernidade nos permite apreender o conceito por um desenvolvimento dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia, ainda quando a juventude é reprimida, contida ou absorvida pela estrutura policial. Assim, pode-se reconhecer que há um paradoxo entre sociedade e juventude, como defendido por Groppo (2010): integração ou adaptação, papéis sociais ou identidades próprias, entre outros. Esses movimentos, segundo o autor, revelam a ação dos jovens em seus protagonismos e a criação de identidades diversas, diferenciadas e, por vezes, resistentes ao contexto impetrado.

Sob esse aspecto e tendo em mente o pensamento de Rancière sobre o conceito falacioso da igualdade, a comunidade ética cimenta o programa do Estado, numa percepção unidimensional do mundo em que conflitos e desentendimentos são banidos do reino da visibilidade e da cena de aparência (TABAKAKI, 2009, apud RANCIÈRE, 2010). A juventude é, então, sufocada pelas duas percepções majoritárias da sociologia moderna - que exclui o jovem da participação política ora pela delinquência, ora pela utopia (GROPPO, 2010). Os jovens, nesse sentido, mesmo que com as garantias da Lei, não seriam aptos a participar de debates sociais do todo, impossibilitados de disputarem o comum. É normal, nesses contextos, que as demandas da juventude sejam deixadas para depois - uma vez que seu caminho natural é desaparecer em meio às vivências do cotidiano adulto, o soar dos sinos e o tilintar dos ponteiros de um relógio.

Entretanto, o que poderia credenciá-los à discussão? Ou, melhor: o que poderia credenciá-los a esta discussão antes que deixem de representar fidedignamente a juventude? Dentro da perspectiva de Rancière, aquilo que os afeta é mais do que suficiente para evocar a participação e a reivindicação de um verificar de igualdade. Se existe alguma demanda, é possível externá-la para que se dispute, então, um novo comum. Nesse mesmo sentido, Judith Butler defende que “sofrer é a condição primeira do corpo”. Não o *sofrer* no sentido do

sofrimento triste, necessariamente. Mas o sofrer ampliado, no sentido de aguentar algo, passar por, experimentar e/ou experienciar. Dessa forma, “sofrer é a condição de estar exposto ao fora. Um corpo sofre de sua exposição à novidade do fora, ou seja, ele sofre de ser afetado” (BUTLER, 2015, p.86).

Sendo o “sofrer” a condição primeira dos corpos, logicamente qualquer corpo passível de “sofrer” estaria apto à reclamar um direito. Nesse sentido, se existe uma vivência afetada, é natural que esta reivindique algo que faça cessar o seu sofrimento - sobretudo num contexto democrático em que essa reivindicação é garantida e estimulada por lei. Trata-se, então, de sentir os:

fluxos de desejo que passam pelos corpos jovens e eletrificados e sentir as deformações impostas pelos olhos sobre eles pelos discursos sobre a estetização do mundo, sentir os afetos tristes e alegres impostos pelo contextos, sentir como os corpos resistem, como as narrativas de si se formam nesse contexto para entender a situação comunicacional desses corpos e narrativas” (BUTLER, 2015, p. 46).

Em outras palavras, é preciso um olhar legitimador não apenas das reivindicações, mas sim do próprio ser jovem para que este seja passível da participação. A subjetivação política e a produção de contextos que apagam o dissenso inviabilizam vivências democráticas, mantém as necessidades latentes e ceifam qualquer possibilidade de operância de uma suposta igualdade - presente no discurso policial e em suas ferramentas constitucionais. Dessa forma, a garantia de disputa de um comum passa por enxergar os grupos minoritários como capazes “de se pronunciar em primeira pessoa e de identificar sua[s] afirmação[ões] com a reconfiguração de um universo de possibilidades” (RANCIÈRE, 2011b, p. 250).

Assim, a partir do exposto neste capítulo, é possível compreender como a juventude emerge como uma categoria política e, ainda, como essa emergência frequente nos permite considerá-la dentro de um histórico nos contextos de Viçosa. A categoria, na perspectiva de Rancière, demonstra uma latência: os jovens são considerados como grupos demográficos, mas não necessariamente como uma categoria política passível de participação. A partir de agora, nossos esforços serão o de compreender as aparências e as subjetivações da juventude nos contextos contemporâneos com foco no cenário pandêmico em Viçosa.

3. APARÊNCIAS E SUBJETIVAÇÕES DA JUVENTUDE: UM TRANSITAR PELOS CONTEXTOS PANDÊMICOS

Apesar de historicamente a Juventude apresentar-se como uma categoria política latente, existe uma tentativa constante de rompimento desta latência a partir de iniciativas de aparência e da construção do ser sujeito jovem. Nesse sentido, o esforço deste capítulo é o de demonstrar como se constitui o processo de subjetivação política e como essa aparência, o tempo todo, é forçada por parte dos sujeitos a partir de cenas de dissenso manifestadas no cotidiano. Além disso, também visamos explicitar a forma como a instituição midiática local recebe essa(s) tentativa(s) de aparência buscando situá-la(s) numa lógica policial que corresponde historicamente a essa tentativa de não compreensão e/ou explicitação da juventude como uma categoria política.

A lógica da subjetivação política não é jamais a simples afirmação de uma identidade. Ela é sempre, ao mesmo tempo, a negação de uma identidade imposta por um outro, fixada pela lógica policial. Nas palavras de Rancière (2006, p. 52), “por subjetivação, entender-se-á a produção, mediante uma série de atos de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, corre lado a lado com a nova representação”. Por este motivo, “a ordem policial tende a fixar identidades, de modo que o ordenamento social apareça como dado, ocultando ou naturalizando os danos que produz e organizando a heterogeneidade e diversidade” de existências do povo numa gama limitada (RANCIÈRE, 2006, p. 52). A divisão das partes aparecerá então como natural, pois a percepção sensível da hierarquização não será polemizada - “É assim mesmo!”.

A subjetivação política, nesse sentido, é a elaboração coletiva que se dá pelo reconhecimento de estar “entre” identidades e não a partir da valorização, do fortalecimento ou da cristalização de uma identidade díspar. É como se existisse um leque ou catálogo que aponta quais são as identidades possíveis, funcionais e socialmente aceitas - que são construídas socialmente por meio das deformações impostas pelos olhos e pelos discursos sobre a estetização do mundo partidos do próprio sócio-policial. Dessa forma, qualquer comportamento que destoe do padrão estabelecido para identidades, não mereceria valorização e/ou escuta, muito menos estaria credenciado para o debate policial ou para disputar o comum - uma vez que é a própria ordem policial quem estabelece as regras daquilo que pode ser objeto de disputa e, portanto, a visibilidade de um determinado discurso está equacionada pelo valor que lhe é atribuído.

A política, por outro lado, tem características éticas e poéticas. Para Rancière, ela existe porque uma enunciação nunca é simplesmente uma palavra, ou um conjunto de palavras, mas sim o modo como uma palavra é levada em conta. Por isso, para o autor a política é vista como experiência, criação de formas dissensuais de expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva. A ética promovida por esse novo cenário e dramaturgia não se resume ao âmbito da subjetividade, mas ela é social e impessoal, uma vez que se relaciona ao processo de constituição e posicionamento dos sujeitos no universo:

Para entrar em uma troca política, torna-se necessário inventar a cena na qual as palavras ditas se tornam audíveis, na qual os objetos podem se fazer visíveis e os indivíduos podem ser reconhecidos. É nesse sentido que podemos falar de uma “poética da política” (RANCIÈRE, 2000, p.116).

Nos estudos teóricos da comunicação, desde os mais introdutórios, conceitua-se que quem fala, fala com alguém ou direcionado a alguém. Ao propor uma cena, os indivíduos não a fazem para si próprios, mas sim na intenção de subverter a lógica manifesta e comunicar seus desejos e angústias. Se a comunidade ético-policial cimenta o programa do Estado numa percepção unidimensional que bane conflitos e desentendimentos de cenas visíveis (TABAKAKI, 2009, apud RANCIÈRE, 2010), os promotores dessas cenas precisam, então, ou radicalizar seus discursos para atingir referida visibilidade, ou moderá-lo para ser social e policialmente aceito. Dessa forma, quase nunca suas demandas originais serão plenamente atendidas dado o total apagamento da política representado pela “necessidade do consenso”.

Em caso de permanência de um discurso orgânico, ainda mais quando parte da juventude, como no caso em análise, o imaginário sociodiscursivo fixado pelo regime policial operará também na mídia hegemônica. Isto é, enquanto ferramenta de manutenção dos interesses de alguns conglomerados - e da própria polícia, em alguns casos - a mídia alimenta (e retroalimenta) representações coletivas já cristalizadas e incrustadas de valores acerca da juventude. O processo de desidentificação observado na subjetivação política é, então, sucedido por um processo de reidentificação, como apontam Blanco e Martín:

A subjetivação não deve ser compreendida como dois processos distintos, mas sim “uma só e mesma aparição que, do ponto de vista da ordem constituída (e transcendida pela subjetivação) é desidentificação, do ponto de vista da novidade que irrompe é identificação [...] Desidentificar-se não tem um sentido mais além da ação porque é a ação mesma. Dito de outra forma, se atua apesar da identidade prévia (e das regras que a regem e disposições que a determinam) ou como se esta identidade implicasse uma liberdade e uma igualdade até o momento incontada (BLANCO, MARTÍN, 2003, p. 9).

Nesse sentido, a visibilidade de um determinado grupo social identitário e de suas enunciações, apesar de ser um importante instrumento político, estaria condicionada ao lugar

sensível em que se manifesta e à forma de sua aparição no regime da polícia. Quando a mídia e o discurso policial reproduzem o grupo com contornos de marginalização estereotipada, elas contribuem para o aprofundamento da desigualdade a partir do reforço das regras hierárquicas existentes. Essa pode ser interpretada como uma forma de resistência estrutural do regime e de suas instituições à nova e pretendida reconfiguração do comum, um impedimento à materialização da política. Alguns exemplos são a demonização de movimentos sociais, como o MTST, que luta pela reforma agrária, como usurpadores de terras; de trabalhadores que lutam por melhores condições de trabalho, como “vagabundos”; de grupos feministas e LGBTIQAP+ que lutam pela igualdade de direitos, como inimigos das formações tradicionais de família; de movimentos antirracistas, como agitadores sociais que vão romper a “democracia racial”; e outros tantos.

No nosso caso em questão, a juventude é envolta por uma aura de negação ou de preparação para a vida adulta, a vida real. É momento de tentativa e erro, de galgar funcionalidade para ser aceito no comum. Experiências positivas dentro do que se espera, são celebradas. Experiências que fujam ao esperado são atípicas e, portanto, não merecem atenção da sociedade se não para controlar e evitar a recorrência. Nas instituições da mídia, nas quais há uma tendência de alinhamento com os valores liberais da modernidade, dificilmente serão veiculadas experiências positivas que destoem do socialmente esperado. Contudo, qualquer situação adversa será amplamente divulgada como uma falha da sociedade - sem propor qualquer tipo de ação paliativa ou resolutiva. Por isso, é comum observar em maior número matérias e reportagens que abordem o grupamento social dentro das percepções majoritárias da sociologia moderna: delinquência ou utopia.

3.1. Aparências midiáticas da juventude no contexto viçosense

Para dialogar com essa compreensão, tomamos como base o jornal Folha da Mata. Ele é o principal periódico de Viçosa e traz notícias da cidade e da região, abordando fatos policiais, esportivos, culturais e da política local há 60 anos. Sua circulação física está presente, além de Viçosa, nas cidades de Teixeira, Ervália, Coimbra, Porto Firme, Cajuri, Paula Cândido, Canaã, São Miguel do Anta, Araponga, São Geraldo, Pedra do Anta e Ponte Nova. As últimas páginas da publicação, que tem em média 22 laudas por edição semanal, são reservadas estritamente para noticiar os acontecimentos policiaiscos, crimes, assassinatos, golpes, agressões e assaltos - no clássico padrão “se torcer o papel, sai sangue”. Ainda assim, atualmente ele é o único jornal impresso da cidade e goza de notável credibilidade.

O recorte histórico aplicado para esta pesquisa foi de março de 2020 até junho de 2022. Em março, as atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Viçosa foram interrompidas depois que a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o surto de Covid-19 ao estágio de pandemia e parte dos estudantes e da população flutuante retornou para os seus municípios originários. Junho de 2022, por sua vez, marca o período de um mês após o retorno presencial integral das atividades da UFV. A intenção é analisar como os atores públicos se portaram no intervalo, a partir de suas latências, aparências e tentativas de promover cenas de dissenso.

Foram analisadas 105 edições do Folha da Mata e recolhidas 398 matérias, reportagens, notas e/ou menções à juventude - caracterizadas pelo emprego de termos alusivos e sinônimos de “jovem”, ações que envolvam a juventude e menções claras à idade dos noticiados. Dentre os quase quatrocentos textos incluídos no corpus, 311 eram menções negativas (78,1%), 76 positivas (19,1%) e 11 neutras (2,8%) - que versavam sobre as expectativas de retorno das atividades da UFV e editais culturais. Nos 28 meses de publicação analisados, em apenas duas vezes a juventude teve direito à fala e à resposta. Nas duas oportunidades, eu, enquanto coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes da UFV, solicitei espaço para emitir elucidações e posicionamentos em nome da comunidade estudantil ufeviana.

No caso de menções positivas a indivíduos com menos de 29 anos, como estudantes, pesquisadores, atletas e artistas, raramente o jornal delimitou a idade dos personagens. As poucas ocorrências observadas foram em notas de rodapé para aniversariantes e encontros de organizações juvenis vinculadas a grupos de “adultos responsáveis”. Em menções como formaturas, promoções e/ou conquistas, o termo “jovem” dá lugar ao posto funcional que o indivíduo ocupa socialmente: “o empresário”, “o engenheiro”, “o médico” e afins. Entretanto, em todas as matérias que dispunham algum ator jovem como infrator ou faziam menção negativa a algum ato promovido pela “juventude”, o jornal sempre dispunha a idade e aliava a termos como “jovem”, “juventude”, “garoto”, “estudante” e “adolescente”. A juventude, nesse caso, me parece uma comorbidade ou justificativa que motive a ação dos atores. Na subjetividade, é como se o jornal dissesse que o sujeito em questão fez aquilo porque era jovem - diferente de quando é positivo, onde a idade e a faixa etária não são mencionadas e pouco importam.

Isso significa que de cada 5 menções à juventude viçosense, 4 eram negativas. Quem abrir o jornal Folha da Mata, corre o risco de imaginar que Viçosa não tem em seu quintal a

sétima melhor Universidade do Brasil e uma das melhores do mundo²⁴, que a cidade pouco dispõe de projetos culturais com enfoque na juventude, que não reúne pessoas de todos os cantos do país em seus polos educacionais e que os mais de 48,64% de sua população são detratores, delinquentes e transgressores da ordem pública. Eu classifico essa como mais uma campanha difamatória à juventude que corrobora com a cristalização do imaginário sociodiscursivo da categoria, nos termos acima elencados, uma vez que os mesmos métodos utilizados para noticiar ações de jovens não são tomados para publicizar ocorrências de não-jovens.

Não pretendo, porém, discursar contra o jornalismo ou a reprodução de métodos estruturais pelo jornal Folha da Mata. Entretanto, é preciso reconhecer o impacto desse tipo de ação no cotidiano. Rancière afirma que: “o nome de uma categoria vítima de um dano e que invoca seus direitos é sempre o nome do anônimo, o nome de qualquer um. É assim que podemos escapar do debate sem solução entre universalidade e identidade” (RANCIÈRE, 2004, p.116). Isso demonstra que o dano provocado ao evocar esse tipo de representação marginalizada não está nos princípios da humanidade ou dos direitos, mas sim no processo argumentativo que demonstra as consequências de um grupo ou indivíduo ser classificado como minoritário (jovem, negro, pobre, mulher, lgbtqiap+, etc.). Todo jovem é inexperiente, utópico e delinquente? Salvo as determinações legais, existe algum problema ou determinação que impeça a performance identitária diversa ao padrão? Se não, quais motivos levam à representação da categoria como, quase integralmente, marginal?

3.1.1. Compreensão Ampliada: Iramuteq

Para auxiliar nessa análise, lançamos mão do software *Iramuteq* - Interface R para análise Multidimensional de Texto e Questionário. Ele possibilita que se quantifique e empregue cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas - os textos - com finalidade comparativa e relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto. Por tratar-se de dados que são compostos essencialmente pela linguagem, os mesmos mostram-se relevantes aos estudos sobre pensamentos, crenças e opiniões – conteúdos simbólicos produzidos em relação a determinado fenômeno ou ocorrência.

²⁴ Informações obtidas em:

<https://www.cpa.ufv.br/sem-categoria/ufv-esta-entre-as-melhores-universidades-do-mundo-classificadas-pelo-academic-ranking-of-world-universities/#:~:text=No%20cen%C3%A1rio%20internacional%2C%20a%20UFV,a%20partir%20de%20seis%20indicadores>. Acesso em: 16 out. 2022.

O corpus textual foi composto pelo agrupamento das 398 matérias recolhidas nas 105 edições do periódico, que foram, então, submetidas à rodagem da ferramenta metodológica. A partir dela, realizamos três análises que vão guiar a explanação a partir daqui: a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), o Método de Reinert e a Nuvem de Palavras, que serão descritas em seus respectivos módulos.

3.1.1.1. Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Além de permitir uma análise lexical do material textual, a Classificação Hierárquica Descendente oferece classes lexicais contextualizadas, caracterizadas por um vocabulário específico e pelos segmentos de textos que o compartilham (CAMARGO, 2005, apud CAMARGO E JUSTO, 2016). Em outras palavras, o corpus é “cortado” em segmentos de texto (STs), formados por pequenos trechos das matérias destacadas no texto analisado e os agrupa em classes temáticas, formadas a partir da junção das palavras com maior associação (χ^2) entre si, permitindo, assim, uma compreensão ampliada dos grupos de discursos e das ideias lançadas pelo veículo. Nesse caso, a partir do *corpus*, o *Iramuteq* apresentou 6 diferentes classes em um dendrograma que demonstra visualmente as relações entre si:

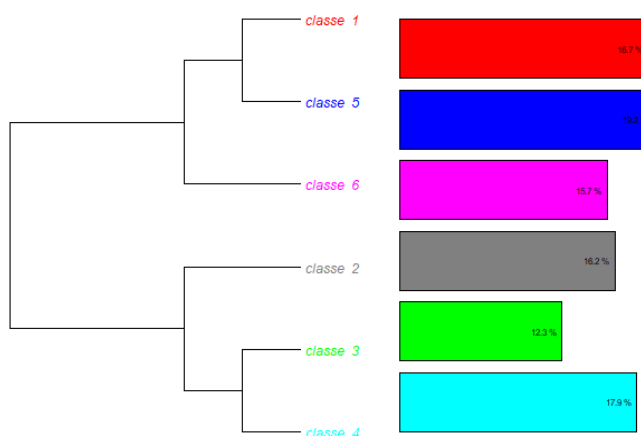


Figura 3 (Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, obtido no *Iramuteq*)

É possível observar, a partir da figura, que as classes 6, 5 e 1 obtiveram maior relação entre si e formam um *cluster*. As classes 2, 3 e 4, formam outro. A partir dos resultados organizados no dendrograma, me coube nomear as classes temáticas com base nos segmentos de texto (STs) e seus respectivos significados contextualizados. Isso foi possível a partir da lista das palavras mais expressivas e frequentes em cada classe, procedimento este que será detalhado a seguir:

Classe 6: Juventude Aprisionada 322/2055 - 15.67%			Classe 5: Juventude Criminosa 394/2055 - 19.17%			Classe 1: Juventude Policiada 385/2055 - 18.73%		
Vocábulo	F	x²	Vocábulo	F	x²	Vocábulo	F	x²
Preso	140	470.52	Vitimar	177	492.1	Policial	382	434.51
Apreender	129	408.52	Relatar	57	135.17	Encontrar	221	364.33
Traficar	133	381.23	Alvejar	29	124.01	Abordar	122	235.49
Conduzir	95	376.21	Acionar	45	118.02	Militar	259	160.95
Deter	111	339.24	Fugir	92	102.49	Denunciar	58	143.85
Policiar	488	305.36	Atirar	25	96.39	Suspeito	38	76.78
Acusar	98	278.88	Atingir	16	67.98	Abandonado	15	55.23
Adolescente	199	104.5	Criminoso	36	53.33	Patrulhar	11	37.84

Tabela 1 (Informações do relatório de análise do software *Iramuteq*, 2020)

A classe 6, que reúne 15,67% dos segmentos de texto, teve vocábulos como “preso”, “apreender”, “traficar”, “conduzir” e “deter” como os mais frequentes e que aparecem mais associados entre si. Ela foi nomeada como “Juventude Aprisionada”, justamente por aglutinar em seus significados contextualizados a presença de STs que denotam a “guerra urbana” instaurada no município. Surpreende que entre as palavras mais citadas na categoria esteja “Adolescente” e seus derivados, uma faixa etária que não está submetida ao código penal e, portanto, não costuma ser mantida em reclusão. Ainda assim, o jornal desfila em suas páginas inúmeros casos de . Nas 105 edições analisadas, a mesma manchete “Adolescente detido por tráfico de drogas” aparece em 56 oportunidades, sem incluir variações de ocorrências semelhantes.

Adolescente novamente detido por tráfico

A polícia já está cansada de deter um adolescente de 16 anos que usa uma residência do bairro União, em Viçosa, para traficar drogas. Somente nos últimos meses, o mesmo adolescente já foi flagrado oito vezes cometendo o mesmo tipo de crime e, recorrentemente, é colocado em liberdade.

O último registro de ocorrência policial ocorreu por volta das ??? horas de ?????, quando policiais que patrulhavam pela rua Eurico Marangon suspeitaram de dois homens que estavam em uma motocicleta.

Segundo a polícia, com o garupa da moto, um adolescente de 16 anos, bastante conhecido no meio policial por seu envolvimento com o tráfico de drogas, foi encontrada uma bucha de maconha, R\$ 572 e três papéletes de cocaína que ele tentava esconder na boca.

O adolescente foi apreendido e conduzido para a Delegacia de Polícia juntamente com as drogas e o dinheiro.

De acordo com informações da polícia, o mesmo adolescente foi detido por volta de uma hora da madrugada de terça-feira, 29 de setembro, na rua Cônego Modesto, bairro Fuad Chequer, depois de ter sido perseguido por policiais pela Rua dos Passos. Naquele dia, com ele os militares encontraram R\$ 326 e um aparelho celular e na residência dele, duas buchas e dois pés de maconha.

Figura 4 (Recorte da edição do dia 08/10/2022)

Em uma das notas, na edição do dia 8 de outubro de 2020, o jornal usa de tom nocivo para tratar um problema frequente ao afirmar que “a polícia já está cansada de deter um adolescente de 16 anos que usa uma residência no bairro União, em Viçosa, para traficar drogas”. As constantes prisões, como noticiado pelo próprio jornal, parecem não fazer efeito algum sobre a situação. Não seria o caso das autoridades públicas tomarem outras medidas para contornar o imbróglio, já que a “polícia está cansada”? A polícia poderia “estar cansada” de cumprir o seu papel normativo? Ainda que represente apenas uma figura de linguagem, a forma adotada pelo jornal para abordar a situação revela o caráter punitivista e ligado às políticas públicas de segurança que é lançado à juventude - cujos resultados são questionáveis, segundo o próprio jornal.

A classe 5, que aparece relacionada ao *cluster* anterior e, portanto, tem seus significados expressos associados entre si, dispõe de termos como “vitimar”, “alvejar”, “atirar” e “criminoso” entre os seus principais resultados. Isso significa que em 19,17% dos segmentos de texto retirados do jornal Folha da Mata os seus redatores noticiaram ocorrências vinculadas ao uso de armas de fogo e à fuga de menores infratores. Por isso, ela recebeu o nome de “Juventude Criminosa”. Além da recorrência dos casos explicitados nas páginas do veículo, o número de notícias também revela um problema ainda maior na cidade de Viçosa: a criminalidade e suas repercussões no grupamento etário. Ele não passa, entretanto, apenas pela área da segurança pública, mas sim pela ausência de políticas de educação, inclusão e assistência social que possam reverter o cenário expresso.

Na terceira e última classe com grande associação entre si no *cluster*, “Juventude Policiada” foi o termo empregado para nomear o conjunto léxico que aglutinou “policial”,

“abordar”, “militar”, “suspeito” e outros. Os 18,73% de STs que compõem a classe estão relacionados aos episódios de abordagens policiais a sujeitos dentro da faixa etária juvenil, quase sempre ligados com a apreensão de pequenas quantidades de drogas. Salienta-se o uso de adjetivação dos sujeitos abordados a partir de idade, raça, gênero e porte físico, inclusive em acontecimentos que não envolviam qualquer infração, nem detenção.

Classe 2: Juventude Estudantil na Pandemia 334/2055 - 16.25%			Classe 3: Juventude Promissora 252/2055 - 12.26%			Classe 4: Demandas Latentes da Juventude 368/2055 - 17.91%		
Vocábulo	F	x²	Vocábulo	F	x²	Vocábulo	F	x²
Presencial	113	590.37	Musicar	41	111.67	Municipal	37	70.27
Remoto	81	361.33	Participar	61	94.41	Precisar	20	61.84
Letivo	35	183.47	Desenvolver	17	91.96	Social	44	51.87
Federal	84	113.94	Conquistar	13	77.91	Estudantil	20	44.78
Iniciar	86	103.2	Cultural	18	72.44	Criticar	9	41.44
Retornar	46	90.4	Integrar	16	71.33	Gerar	10	35.53
Integral	13	67.41	Promover	19	67.24	Defender	13	31.0
Retomar	11	56.98	Premiar	8	42.25	Falar	12	26.76

Tabela 2 (Informações do relatório de análise do software *Iramuteq*, 2020)

Os vocábulos “presencial”, “remoto”, “letivo” e “federal” estiveram presentes em 16,25% dos STs analisados, em que tiveram relação com as matérias e reportagens que noticiaram os regimes de operação da Universidade Federal de Viçosa e demais instituições de ensino no município. Em boa parte das notícias a juventude e os estudantes eram tratados como passivos à situação, sem poder de decisão e, sobretudo, sem possibilidade de manifestação. Em nenhuma das matérias o jornal abriu margem para relatos de representantes estudantis, que sequer foram consultados sobre decisões ou, então, do impacto delas em suas vivências.

A classe 3, derivada da anterior, recebeu o título de “Juventude Promissora” por agrupar os vocábulos “musicar”, “participar”, “desenvolver”, “conquistar” e “premiar”. Ainda que seja a classe com o menor número de STs, representando apenas 12,26% destes, eles foram suficientes para formar um *cluster* semântico com associações próprias. Isso

significa que, mesmo sub-representada e sem a referida visibilidade, a juventude consegue se colocar em postos de destaque e em ações positivas, sobretudo nos campos da educação, cultura e mercado de trabalho. É natural, ao meu ver, que uma cidade que conta uma das maiores universidades do país presente no seu território tenha entre a sua população alguns destaques acadêmicos. Estes, no entanto, não aparecem de forma frequente no jornal, que privilegia o noticiamento de infrações e crimes cometidos por atores na faixa etária.

Por derivar-se da classe anterior e ter relação direta com os termos nela utilizados, é possível também inferir que a UFV e as demais instituições de ensino sediadas no município sejam fundamentais para os sentidos promissores e positivos apontados no jornal. A educação é, dessa forma, ponto de inflexão e possibilidade de acesso à cidadania para um sem-número de jovens galgar cidadania e melhores condições de vida dentro das funcionalidades sociais expostas e valorizadas socialmente.

A última classe, por fim, que reúne 19,91% dos STs e aglutina termos como “municipal”, “precisar”, “social”, “estudantil”, “criticar” e “defender”, foi nomeada como “Demandas Latentes da Juventude”. Dos 368 segmentos recortados, 88,75% deles estão ligados às discussões levantadas pelo movimento estudantil da UFV na cidade, tanto de demandas internas quanto externas ao *campus*. É importante destacar que caso o movimento social organizado não tivesse solicitado espaço no referido canal midiático, dificilmente as demandas expostas teriam repercussão ou estariam presentes no noticiário local. Isso não significa, porém, que as manifestações não existissem ou, então, que deixariam de ser movidas, mas sim que para atingir tal visibilidade as movimentações de um grupo populacional significativo no contexto viçosense precisaram requerer participação e espaço nas páginas do jornal. Isso também revela que a juventude não é, portanto, encarada como uma categoria política passível de participação no debate policial e nas suas ferramentas.

3.1.1.2. Método de Reinert

O método de Reinert, por sua vez, utiliza as mesmas informações apresentadas pela Classificação Hierárquica Descendente, mas de forma visual. Neste, os clusters são posicionados num plano cartesiano e suas coordenadas são ditadas pela maior associação (x^2) entre si e a dimensão dos vocábulos integrantes varia de acordo com a sua frequência no texto. Cada classe possui uma cor:

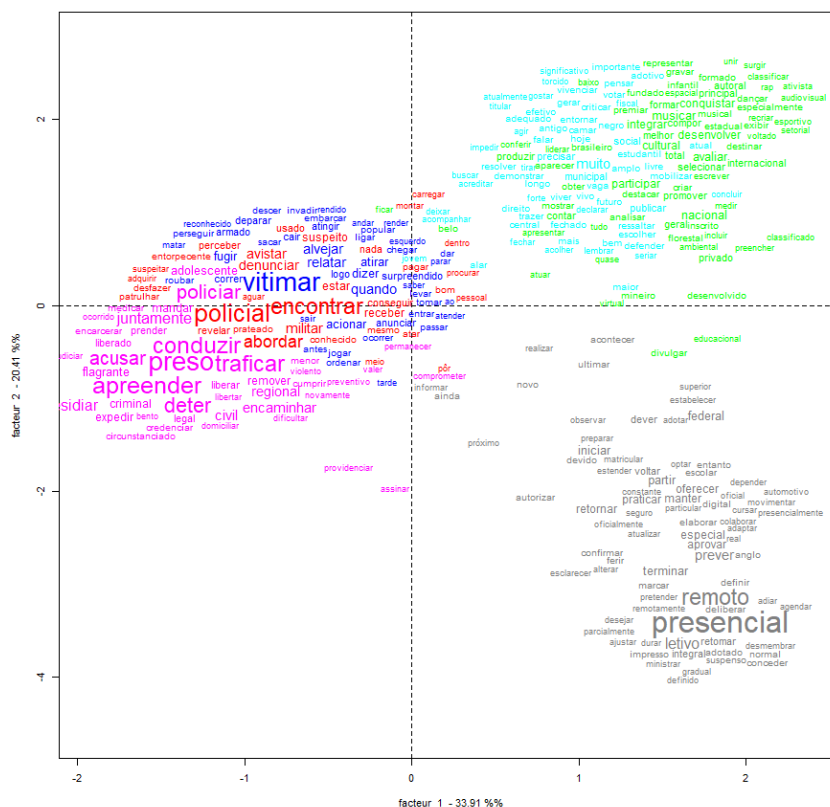


Figura 5 (Plano Cartesiano do Método de Reinert, obtido no *Iramuteq*)

A classe 1, nomeada “Juventude Policiada”, está em vermelho. A classe 2, denominada “Juventude Estudantil na Pandemia”, está em cinza. A classe 3, que recebeu o nome de “Juventude Promissora”, é verde. A classe 4, intitulada “Demandas Latentes da Juventude”, em azul claro. A classe 5, denominada “Juventude Criminosa”, está colorida em azul escuro. Por fim, a classe 6, nomeada de “Juventude Aprisionada”, em rosa.

Pela disposição dos *clusters* no plano, é possível observar que o maior agrupamento existente na análise é o composto pelas classes 1, 5 e 6. Ele ocupa a maior parte do plano e se associa com a maior quantidade de vocábulos entre si. Por isso, é possível inferir que o seu conjunto semântico é predominante na produção jornalística do jornal Folha da Mata. São três classes inteiras voltadas para o mesmo sentido de criminalidade, delinquência e perturbação da ordem pública. Ainda que este não seja representativo do pensar social, a publicação é referência e goza de grande prestígio e credibilidade junto à população viçosense. Nesse sentido, a frequência e a quantidade de matérias que vinculam os jovens ao tráfico, crimes e outros comportamentos de delinquência expostos podem impactar na forma com a qual a população geral enxerga o grupamento juvenil.

Distante do conjunto anterior e com pouca associação à anterior, a classe 2, intitulada “Juventude Estudantil na Pandemia” fala sobre a juventude e o conjunto estudantil, mas não confere a estes a possibilidade de fala ou expressão. Os termos utilizados nela remetem às discussões da UFV e de demais instituições de ensino da cidade que paralisaram suas atividades presenciais em decorrência da pandemia do coronavírus e seus consequentes impactos, mas não dissertam sobre a participação e papel dos quase 30.000 estudantes de ensino superior que residem no município. A partir do jornal, não é possível verificar qualquer reação dos impactados, positiva ou negativa, uma vez que os estudantes quase não aparecem nos materiais ou, quando sim, são tratados como agentes passivos ou meros espectadores do processo.

O segundo maior *cluster*, composto pelas classes 3 e 4, nomeadas “Juventude Promissora” e “Demandas Latentes da Juventude”, respectivamente, possui associação com a classe 2 e é oposto ao *cluster* composto pelas 1, 5 e 6. Os termos utilizados nestas e a posição oposta no plano nos permitem inferir que os sentidos empregados nos grupamentos em questão revelam o caráter importante da educação e da composição de políticas públicas que saem do escopo da segurança pública para que a juventude possa exercer seus direitos. Em dimensões, as duas classes somadas dispõem de apenas 30,17% dos segmentos de texto existentes no *corpus* - o que já é suficiente para, juntas, formarem um *cluster* de oposição semântica frente ao outro grupamento que fala sobre criminalidade. Dessa forma, é possível creditar às IFES, faculdades e demais políticas públicas de educação, cultura, assistência e inclusão social a possibilidade de ascensão e prestígio social a partir destas - o bastante para ser noticiado nas páginas do jornal local (ainda que em baixíssima quantidade e proporção).

É possível, ainda, classificar a presença de dois grandes grupamentos de juventude representados pelo jornal: um, positivo pela óptica dos seus redatores, composto pelos estudantes premiados e jovens profissionais que atingiram relativo sucesso, e outro, negativo pelo mesmo critério, composto por indivíduos classificados como delinquentes e/ou traficantes. Dificilmente a juventude esteja expressa em Viçosa - ou em qualquer outro lugar do país - apenas pelas duas classes em oposição. Ademais, existem méritos que não compõem as configurações de funcionalidade social quistas e, portanto, não foram/são levantados pela redação - que privilegia ocorrências policiais e a repetição de reportagens, muitas vezes com desdobramentos da mesma ação já noticiada.

3.1.1.3. Nuvem de Palavras

Por fim, a última análise utilizada a partir do *Iramuteq* foi a Nuvem de Palavras. O método agrupa e organiza graficamente os vocábulos em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um corpus.

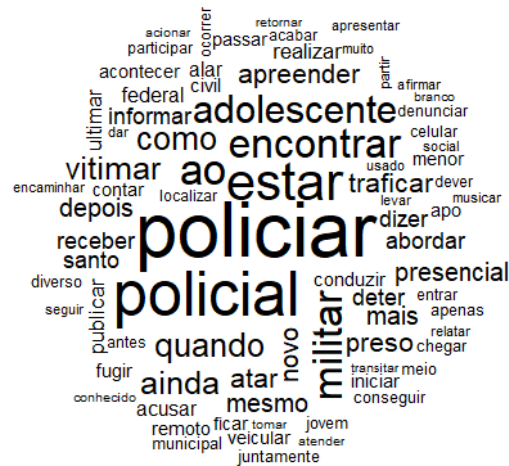


Figura 6 (Nuvem de Palavras, obtida no *Iramuteq*)

A partir dela, podemos constatar que as palavras mais frequentes em todo o corpus analisado foram “policiaar”, “policiaal”, “militar”, “encontrar” e “adolescente”. Também estão presentes termos como “vitimar”, “deter”, “acusar” e “traficar”. Aparecem, em menor taxa de frequência, vocábulos como “informar”, “presencial”, “federal” e outros. Imagina-se que num corpus que teve como motivação o termo “juventude”, outras palavras também poderiam compor o grafismo de maior frequência.

Da guerra urbana expressa no jornal podem partir algumas inferências: a primeira é de que uma parte da nossa juventude está em clara relação com a criminalidade; a segunda é que não existem, ou se existem não são relatadas, operações e iniciativas que ajudem a deter o problema sócio-econômico-cultural para além de medidas policiais; a terceira é que o jornal não divulga, ou divulga em quantidade ínfima, quaisquer outras ações praticadas pelo grupo social juvenil. Seja qual for, nenhuma é endossada pelos mecanismos legais e constitucionais; A quarta é que o poder público municipal é omissivo em relação às políticas de promoção de educação e cidadania, ficando à cargo da UFV e de alguns grupos civis

organizados a mitigação da ausência destas e a implementação de projetos que possam atender a população.

3.2. A dramaturgia dissensual das juventudes em Viçosa: um relato cronológico da experiência juvenil e estudantil na pandemia

Antes de dispor cronologicamente alguns acontecimentos importantes para a comunidade estudantil no período pandêmico, é preciso fazer uma reflexão sobre a análise acerca da mídia local. O quadro de estudo da comunicação tende a priorizar ou a se restringir ao estudo dos meios, afunilando sua abordagem. Partindo da importância crescente e do papel de determinação exercido pela mídia no cenário contemporâneo, estudar a comunicação é também estudar o funcionamento da mídia. Se a mídia for priorizada enquanto aparato sócio-técnico numa instância de determinação, isso nos leva a minimizar a intervenção dos interlocutores, abandonando o processo comunicativo. Desta forma, seria reduzida a apreensão da dinâmica de produção de sentidos, fechando a compreensão da extensa “prosa” do mundo que acontece paralelamente à intervenção dos meios de comunicação, marcada por eles ou à sua revelia. (VAZ e ANTUNES, 2006, p. 43)

Isto é, a mídia fornece um recorte do real que não é, portanto, representativo do todo. Assim sendo, uma análise da produção comunicativa da imprensa precisa também levar em consideração aspectos éticos e fundamentadores de uma realidade não hegemônica, dos ahares sociais e de outras perspectivas que ajudem a compor e aproximar o estudo de uma realidade possível. A força propulsora dos meios de comunicação enquanto instância de produção de mensagens não deve impedir o entendimento da globalidade do processo comunicativo e sua natureza de intermediação não se dá apenas pelos meios em si, pelo lugar da mídia, mas por sua inserção no âmbito da vida social mais ampla – a relação entre a comunicação midiática e outras formas comunicativas (VAZ e ANTUNES, 2006, p. 44). Dessa forma, é preciso abordar a mídia numa perspectiva que não a reduza a uma de suas dimensões, mas examiná-la:

sob todas as suas facetas, em seus aspectos semiológicos (que tipo de signos utiliza tal mídia, limita-se ela a transmitir o texto, ou enriquece-o com imagens ou índices, e para que desempenhos?), pragmáticos (como os usuários se apropriam das mensagens para modificar-lhes o sentido, que grau de interatividade se observa entre a emissão e recepção destas?), imaginários (como o sonho individual ou social não se contenta em utilizar a ferramenta, mas irrealiza-a, estetiza-a, envolve-a com identificações ou projeções?), sistêmicos (como nós possuímos meios de comunicação que nos possuem –lógica astuciosa! -, como essas próteses técnicas nos preparam um meio ou um tecido conjuntivo que tomamos eventualmente por prolongamentos de nós mesmos...?) (BOUGNOUX, 1999, p. 15 apud VAZ e ANTUNES, 2006, p. 45).

A nossa análise começa em março de 2020. Naquele momento, Viçosa, assim como grande parte dos municípios do interior do Brasil, não tinham grande preocupação com a disseminação do Sars-Cov-2 e da sua doença infecciosa, a Covid-19. A percepção de presença do vírus, seus impactos e formas de profilaxia e prevenção ainda eram pouco disseminadas e turvas aos olhos de boa parte da população. Nesse cenário, depois das tradicionais férias de fim de ano, a UFV marcou o retorno da sua comunidade acadêmica e o início do período letivo de 2020.1 para o dia 2 de março, sem quaisquer possíveis impedimentos à sua realização no radar. À época, na edição de 05/03/2020, o Folha da Mata descartou o primeiro caso suspeito de coronavírus na cidade e destacou na matéria que “a maior taxa de mortalidade, de 14,8% dos infectados, está entre as pessoas com mais de 80 anos”. Afirmou ainda que “pacientes com outras doenças, principalmente as cardiovasculares, também têm uma chance maior de ter a versão crítica do Coronavírus”. Na mesma edição, a Prefeitura já alertava sobre formas de reduzir o risco de infecção.

Na semana seguinte, com o aumento da curva de contágio no Brasil e o consequente fechamento de outras instituições de ensino espalhadas pelo país visando o distanciamento social, a UFV, por meio do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), decretou a suspensão do calendário acadêmico por tempo indeterminado e indicou o retorno de seus estudantes para suas cidades originárias - num esforço de não sobrecarregar o sistema de saúde local e garantir a segurança dos estudantes e demais moradores de Viçosa. Na edição do dia 19/03/2020, o Jornal Folha da Mata noticiou tal interrupção, o Estado de Emergência decretado pela cidade e seus impactos na população e na economia, usando uma foto da Av. Santa Rita, tradicional reduto de bares, para ilustrar a reportagem. Na legenda, o jornal afirmou que “um grande número de jovens se aglomerou nas noites de sexta, sábado e domingo”, contrariando as recomendações da UFV. Ainda não existiam, no momento, quaisquer determinações da Prefeitura que impedissem a aglomeração de pessoas - o que só aconteceu na terça-feira seguinte, dia 17/03/2020.



Figura 7 (Recorte do Jornal Folha da Mata, de 19/03/2020)

Após o decreto de Estado de Emergência Municipal, a UFV fechou seus restaurantes universitários e enviou os alunos em vulnerabilidade socioeconômica para suas cidades originárias, recomendando “fortemente” que os demais estudantes também se recolhessem. O DCE, a Reitoria e as suas pró-reitorias trabalharam para possibilitar o retorno dos estudantes para suas cidades por meio da criação de rotas, fornecimento de passagens, auxílio de hospedagem solidária, alimentação e moradia, além da distribuição de lanches, máscaras e álcool em gel. A Prefeitura de Viçosa, que à época coordenava o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CISMIV), traçou estratégias conjuntas aos demais municípios da microrregião imediata para o enfrentamento à doença. A prefeitura também criou, de maneira rápida, o Centro de Operação em Emergências de Saúde (COES), integrado apenas por profissionais da saúde e representantes da comunidade científica ufeviana. A estratégia adotada obteve relativo sucesso, e os primeiros casos da doença somente foram confirmados no final de abril. As confirmações serviram para aumentar o alerta da prefeitura e reforçar os motivos para a permanência das medidas restritivas ao comércio, serviços e circulação nas ruas. Em entrevista ao jornal, o então prefeito Ângelo Chequer reforçou um pedido para a população: “é com muito pesar que confirmamos os casos na nossa cidade. Manter o distanciamento social é fundamental para evitarmos a propagação do vírus para mais viçosenses”, finalizou o prefeito.

Enquanto isso, a cidade observou um grande esvaziamento de sua população flutuante, que retornou de forma massiva às suas cidades originárias. Por pressão de estudantes e do próprio Ministério da Educação, que emitiu uma portaria que dispunha sobre a “substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19”²⁵, a UFV começou a discutir o escopo da

²⁵ Informação obtida em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em 19 out. 2022.

retomada de um período remoto nos moldes sugeridos pelo MEC. Entretanto, não havia qualquer sinalização de oferta de meios de acesso aos conteúdos virtuais além de uma promessa denominada “Alunos Conectados”, feita pelo governo federal, que visava distribuir chips de internet para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Como não existia qualquer garantia de que todos os estudantes teriam, equitativamente, condições físicas, como computadores, celulares e internet de qualidade; didáticas, uma vez que a pedagogia e os métodos de ensino presenciais não permitiam a simples transposição dos conteúdos presenciais para o regime remoto; e de saúde, ao observarmos estudantes e familiares contaminados pela doença, além de condições psicológicas agravadas pelo isolamento social ou a convivência com gatilhos emocionais ocasionados pelo contexto, o Movimento Estudantil posicionou-se contrário à obrigatoriedade do período letivo discutido. Em meio às discussões e documentos enviados à Administração Superior da Universidade, foi conquistada a não obrigatoriedade do ensino remoto para os estudantes, numa tentativa de garantir que não houvesse quaisquer prejuízos aos que porventura não tivessem condições de participar. Em 13 de maio de 2020, o CEPE votou e decidiu pela oferta do Período Especial de Outono (PEO)²⁶, facultativo aos estudantes e professores.

Com o agravamento da pandemia, o aumento da curva de contágio e ausência de perspectiva de vacinas ou tratamentos eficazes, o cenário de incerteza estava instaurado. Coadunado às constantes declarações do presidente Jair Messias Bolsonaro, um clima de negacionismo instalou-se na comunidade. Diante de suas necessidades econômicas, alguns comerciantes fizeram protestos contra o fechamento de suas lojas e os crescentes números do desemprego assustavam a população. Mesmo diante da necessidade de manutenção do isolamento social, o jornal Folha da Mata apoiou iniciativas contrárias aos métodos adotados pela administração municipal e fez coro às críticas manifestadas por parte da população. À época, os comércios já funcionavam de forma escalonada e existia na cidade um rodízio de pessoas que podiam sair às ruas com base na terminação do seu CPF. Para ilustrar a capa da edição do dia 02/07/2020, o jornal utilizou uma foto dos mesmos bares criticados anteriormente por gerarem aglomerações.

²⁶ Informação obtida em:

<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32501&link=corpo>. Acesso em 19 out. 2022.



Figura 8 (Recorte do Jornal Folha da Mata, de 02/07/2020)

Mesmo diante das críticas, a Prefeitura manteve boa parte das medidas adotadas para impedir o contágio. A estabilidade do cenário de incertezas fez com que a UFV permanecesse operando suas disciplinas de forma remota sem previsão de retorno aos métodos presenciais. Ao fim do PEO, em julho, a Universidade já discutia a realização de um Período Especial Remoto - aprovado no início de agosto pelo CEPE e iniciado no dia 31/08/2020. As mesmas ponderações anteriores foram feitas pelo Movimento Estudantil, que lançou uma “Plataforma Política sobre o Ensino Remoto Emergencial”. Nela, os estudantes solicitaram que os períodos seguissem facultativos e que a Universidade ampliasse o escopo de políticas de assistência estudantil e acesso aos conteúdos digitais e aulas ministradas no formato remoto, além de criar canal direto para denúncias de desvios das normativas que regiam a realização do período. Ainda solicitou, e conquistou, o auxílio emergencial estudantil - uma bolsa no valor de R\$180,00 disponibilizada aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. O documento também foi taxativo ao afirmar que era preciso tratar o regime remoto emergencial como tal, ou seja, uma saída emergencial para as demandas deflagradas pela pandemia.

O ano de 2020 também foi marcado pelas eleições municipais. Em Viçosa, o prefeito Ângelo Chequer, que finalizava seu segundo mandato, indicou como candidata ao seu legado a professora Lúcia Duque (Cidadania). Além dela, concorriam ao pleito Brenda Santunioni (Patriotas), Carlitos Alves dos Santos “Meio Kilo” (PSL), César Vieira (Pros), Glauco Rodrigues de Paula (Podemos), Idelmino Ronivon da Silva (PCdoB), Omar Gilson de Moura Luz (Republicanos), Raimundo Nonato Cardoso “Violeira” (PSD) e Sávio José do Carmo Silva (PT). A impopularidade das medidas adotadas pela administração de Ângelo Chequer no combate à pandemia, alguns casos de corrupção instalados no governo e a popularidade de Raimundo Violeira, que já havia sido prefeito em outras 2 oportunidades - inclusive cassado

por irregularidades na campanha eleitoral de 2008 -, agitaram a disputa política no município. Ao fim da apuração das urnas, Raimundo Violeira foi o primeiro colocado com 34,26% dos votos. Em segundo lugar ficou o Dr. Glauco (17,13%), em terceiro lugar o vereador Sávio José (15,48%) e Lúcia Duque, defensora do legado de Chequer, ficou em quarto lugar com apenas 11,78% dos votos.

A vontade manifestada nas urnas conferiu legitimidade ao prefeito eleito e fez com que Ângelo Chequer aderisse ao programa “Minas Consciente”, do governo estadual, e extinguisse as barreiras sanitárias instaladas nas entradas do município e o regime de rodízio de CPFs. As diretrizes do Programa visavam a retomada segura das atividades econômicas, tanto para reabertura quanto para possíveis fechamentos de determinados setores, caso os índices da Covid-19 piorassem. O Minas Consciente estabelecia "ondas" para flexibilização de atividades, sendo a vermelha a mais restrita, a amarela com restrição de alguns serviços e a verde com mais permissões de serviços considerados não-essenciais.²⁷ Segundo dados disponíveis nos boletins epidemiológicos divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa, o número de casos confirmados da doença demonstrou tendência de crescimento a partir de então. Entre março e outubro, no acumulado de 7 meses, a prefeitura notificou 551 casos confirmados da doença e 4 óbitos²⁸. Só em novembro e dezembro, foram contabilizados 1.091 novos casos e outras 5 mortes²⁹. Não é possível, contudo, indicar relação direta entre o aumento observado e as novas medidas adotadas por tratar-se de uma temática complexa, com a atuação de novas variantes mais contagiosas e outros indicativos que interferiram no padrão de contágio. Ainda com o aumento de 198% no número de casos registrados, Viçosa terminou 2020 com uma das menores taxas de contágio do país.

Em janeiro, com a posse de Raimundo Violeira, o antigo Centro de Operações em Emergências de Saúde (COES) foi reformulado e deixou de ter estrutura completamente formada por profissionais de Saúde, contando com participação de várias pessoas que não possuíam conhecimentos específicos na área. Integraram o COES, a partir de então, o médico e secretário de saúde de Viçosa Júlio César de Abreu Cotta (presidente); o secretário

²⁷ Informações obtidas em:

<https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/vicosamg-adere-ao-programa-estadual-minas-consciente/82483>. Acesso em 20 out. 2022.

²⁸ Informações obtidas em:

https://www.vicosamg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/31_10_2020_Boletim_Coronavirus_234?cdLocal=2&arquivo={ACC7D6EB-C01A-5CDA-BE0D-ACCDED3B2DBB}.pdf#search=boletim%20epidemiol%C3%B3gico%202020. Acesso em 20 out. 2022.

²⁹ Informações obtidas em:

https://www.vicosamg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/31_12_2020_Boletim_Coronavirus_295?cdLocal=2&arquivo={E6CB3A1E-D26B-66EC-2BB8-B116D7CCC348}.pdf#search=boletim%20epidemiol%C3%B3gico%202020. Acesso em 20 out. 2022.

Municipal de Fazenda, Dionísio Márcio Irias de Souza; o vereador, Sérgio Augusto Moreira Marota; o presidente da Abrasel Serras de Minas e representante da Casa do Empresário, Adnilson Francis Silva Lourenço; o médico auditor da Secretaria Municipal de Saúde, Flávio Henrique Tannure Cassemiro; a professora da UFV, Simone Eliza Facione Guimarães; o engenheiro químico representante das escolas particulares, Vanderlei Autoé; e a secretária Municipal de Educação, Marli Aparecida Franco.



Figura 9 (Recorte do Jornal Folha da Mata, de 07/01/2021)

Mesmo com a esperança ocasionada pela descoberta das vacinas e o início da campanha de imunização no município, o avanço lento da vacinação contribuía para a continuidade do estado de emergência. Com isso, o CEPE decidiu dar continuidade às atividades letivas remotas da graduação na UFV, contrariando as expectativas de empresários e do próprio governo federal. O Período Especial Remoto II (PER II), operou nos mesmos moldes do anterior. O DCE e o Movimento Estudantil e Docente lançaram uma plataforma propositiva sobre a saúde mental e a sobrecarga de trabalho durante o PER, com uma série de reivindicações e demandas apresentadas à Universidade para o aprimoramento e mitigação dos danos provocados pelo modelo de ensino. O PER II teve seu início em fevereiro e contou com algumas medidas de flexibilização de critérios acadêmicos, como a contagem de presença de forma síncrona e assíncrona, além da manutenção do modelo facultativo de matrícula.

Ciente das problemáticas e do avanço da fome nas camadas mais vulneráveis, o DCE instituiu uma campanha de arrecadação financeira via departamentos da Universidade e iniciativa privada, que destinou cestas básicas para estudantes cadastrados no edital disponibilizado pelo próprio Diretório. A UFV também centrou esforços na vacinação e assumiu a responsabilidade junto ao município de vacinar todos os viçosenses com estrutura

própria - incluindo profissionais, infraestrutura física e campanhas de conscientização. Assim, a Universidade desempenhou papel central na promoção da saúde dos moradores locais e na execução do Plano Nacional de Imunização. À época, o DCE, com apoio da Prefeitura e da UFV, também criou uma campanha de arrecadação de alimentos paralela à vacinação contra Covid-19 no município. Nela, um time de estudantes voluntários foi responsável por recolher, organizar e pesar as doações recebidas, que contabilizaram mais de 25 toneladas de alimentos não perecíveis convertidos em cestas básicas distribuídas à população local - incluindo estudantes residentes em Viçosa e nativos sem vínculo com a UFV.



Figura 10 (Estudante voluntária na campanha de arrecadação de alimentos)

A pouca oferta de vacinas atrasou a melhora do cenário epidemiológico e, em março, a UFV começou a debater a realização de um terceiro Período Especial Remoto. O PER III foi aprovado, com indicativo de uma possível retomada presencial ao seu término, em dezembro, a depender da melhora dos indicadores. A notícia foi bem recebida por parte dos estudantes, mas principalmente pelo comércio local e pelo setor imobiliário, que vislumbrava a possibilidade de recuperação econômica com o retorno dos antigos moradores e o aquecimento das vendas e dos aluguéis. Sobre isso, na edição do dia 11/02/2021, o jornal Folha da Mata publicou: “A economia de Viçosa é fortemente influenciada pela UFV e seus estudantes. No entanto, a retomada econômica parece distante de acontecer, já que as aulas presenciais continuam suspensas até dezembro”.

Em abril, o jornal Folha da Mata publicou uma matéria com a manchete “Médicos em Viçosa apostam no tratamento precoce contra a Covid”. Nela, o jornal afirmou que “desde o início da pandemia, no ano passado, a ciência evoluiu muito em informações para ajudar no combate ao novo Coronavírus”, e seguiu dizendo que, entretanto, existiam alguns pontos que ainda geravam “debates entre a comunidade médica e científica, sendo que um dos que

causam maior discussão é a prescrição do tratamento precoce, que consiste em medicamentos que teriam eficácia para combater a Covid-19 em estágio inicial da doença”. A reportagem abriu espaço para médicos negacionistas discursarem sobre a “eficácia” de um método sem qualquer comprovação científica, sem direito ao contraditório.



Figura 11 (Recorte do Jornal Folha da Mata, de 01/04/2021)

Diante do fracasso do governo federal em gerir a crise pandêmica e a implementação frequente de cortes na área da Educação, o DCE convocou, seguindo calendário da União Nacional dos Estudantes (UNE), a primeira manifestação ainda dentro da pandemia para o dia 29 de maio. O Diretório, junto à Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV) e demais entidades representativas de classe vinculadas à Universidade e à Prefeitura trabalharam para garantir o distanciamento social e a possibilidade de participação do maior quantitativo possível de pessoas no ato. Foram disponibilizadas máscaras do tipo PFF2 e recipientes com álcool em gel, aferição de temperatura corporal e a confecção de mega-faixas para orientar o posicionamento distanciado dos manifestantes. Essa, bem como todas as outras dezesseis manifestações promovidas pelo Diretório não foram noticiadas pelo jornal.

A primeira vez que o Diretório foi mencionado pelo jornal no período de análise foi na edição do dia 1 de julho de 2021, ao noticiar a reabertura da lanchonete do DCE - que não é gerida pela instituição. Na oportunidade, o veículo rememorou o processo de despejo do imóvel e fez ilações ao Diretório afirmando que o “jornal Folha da Mata apurou que o DCE/UFV vem funcionando de forma precária, há anos, e teve, inclusive, seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) bloqueado, por causa de inúmeras ações judiciais contra a entidade estudantil.” Eles seguiram dizendo que “de acordo com levantamentos do jornal, todos os aluguéis pagos pelo uso do barzinho não entram no caixa do Diretório e são direcionados para pagamento de sentenças da Justiça do Trabalho”. O jornal, entretanto,

sequer procurou a diretoria da instituição e publicou a reportagem sem fornecer direito de resposta às acusações proferidas. A Diretoria entrou em contato com o jornal e requereu o direito, que foi concedido após negociação. A resposta, entretanto, foi publicada como uma nota da reportagem que noticiou o vencedor da licitação da lanchonete que leva o nome do Diretório.

DCE comenta sobre licitação de lanchonete e outras obras na UFV

Nas últimas 17 de julho o grupo para o direito de resposta de interesse em artigos jornalísticos em nome do DCE, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a lanchonete pertence de garantir a ocupação da estrutura antes de realizar de projetos arquitetônicos, lanchas e refeições.

O espaço onde funciona a lanchonete será licitado pela UFV no dia 27 de 2020. O grupo para o direito de resposta de interesse em artigos jornalísticos em nome do DCE, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a lanchonete pertence de garantir a ocupação da estrutura antes de realizar de projetos arquitetônicos, lanchas e refeições.

MUDANÇAS NO PLANEJAMENTO

A volta do prefeito Raimundo da Veiga para uma mudança importante no sistema administrativo da UFV O PAM, Ministério de Planejamento e Meio Ambiente, Município de Viçosa, Minas Gerais, planejamento e meio ambiente.

CEPLAN é uma sigla que não dá o status do órgão, é o documento estratégico do Poder Executivo municipal, que é o planejamento de longo prazo, que define a direção estratégica do município, que é o planejamento de longo prazo, que define a direção estratégica do município.

Vereadores viçosenses gastam R\$ 114 mil com diárias no primeiro semestre

Só em 2 meses, foram RS 45 mil para viagens, tendo a capital mineira como principal destino

Recurso para o Esporte em São Venâncio

Duca aprovou ao Legislativo Minas, por combates com o esporte em São Venâncio e nas comunidades ribeirinhas.

Duca do São Venâncio, suplente de vereador em Coimbra, contribuiu com o esporte em São Venâncio e nas comunidades ribeirinhas.



Figura 12 e 13 (Recortes do Jornal Folha da Mata, de 08/07/2021 e 29/07/2021)

No final do mesmo mês, o jornal noticiou os gastos com diárias entregadas pelos vereadores no primeiro semestre de 2021. O jornal afirma que “cada vereador pode solicitar até R\$ 25 mil por ano para este tipo de destinação” e, mesmo dentro das possibilidades legais, utilizou seu posto de credibilidade para atacar o Legislativo municipal. Segundo o jornal, “o campeão de gastos é o presidente da casa, Edenilson Oliveira (PSD), que embolsou R\$14.459,28 no primeiro semestre”. A reportagem também lista, em ordem decrescente, o respectivo gasto de cada um dos 15 vereadores que têm cadeira na Câmara Municipal. A foto que ilustra a matéria, no entanto, não é de nenhum dos mais custosos, mas sim a de uma agenda do vereador mais jovem da atual legislatura: Daniel Cabral, de 24 anos à época. A imagem é de um evento que Daniel participou em Belo Horizonte, quando ajudou a fundar a Rede Mineira de Lideranças LGBTQIAP+. Daniel era o 5º na lista de gastos, sem qualquer irregularidade aparente no processo de solicitação de diárias. Na legenda, o jornal destacou o gasto de R\$ 985,96 para “participação em um evento na Assembleia Legislativa de Minas Gerais alusivo ao Dia do Orgulho LGBTQIAP+”.

O cenário epidemiológico melhorou, mas não o suficiente para que as atividades presenciais de ensino da UFV fossem retomadas ainda em 2021. O DCE se apressou, então, para promover o seminário “Retorno Presencial: Desafios e Perspectivas”, em setembro. Com a participação de epidemiologistas, profissionais da saúde, autoridades públicas e estudantes, o Diretório capitaneou as discussões acerca de um possível retorno presencial. A partir delas, foi construída uma cartilha entregue à UFV e aos poderes públicos municipais com sugestão

de políticas a serem adotadas para garantir a segurança dos envolvidos. Assim, também em consonância com as discussões apresentadas, a Universidade aprovou a realização de um Período Híbrido de Transição, com início em novembro, de forma remota, e indicativo de retomada presencial na segunda metade do período, em janeiro.

Ainda em setembro, o DCE, em parceria com o vereador Daniel Cabral, criou o Comitê de Infraestrutura, visando estabelecer um plano para o retorno. Dado o contexto de Viçosa, retornar com as atividades presenciais de ensino representaria, naquele momento, inserir pelo menos mais 20.000 pessoas numa cidade que não dispunha de infraestrutura de saúde, tampouco condições de vigilância dessa população. O comitê contou com a participação de, além do Diretório, vereadores, prefeitura, secretarias municipais, autarquias públicas, polícia militar e representantes da UFV. Foi um processo extremamente desgastante. Eu, enquanto representante do DCE, junto de alguns vereadores e especialistas, precisei defender a implementação de políticas básicas, como a criação de legislações específicas e entendimentos sobre a importância da vacina. Além disso, a todo momento era preciso reiterar que eu era um ator legítimo e que estava ali representando os quase 20.000 estudantes da UFV, que tinha sido eleito para isso. Foram três meses de trabalho, com pouquíssimos avanços em torno da pauta de retorno e cenas do mais puro negacionismo e inoperância governamental diante das demandas apresentadas - não só pandêmicas, mas também da dinâmica da cidade, como as aglomerações na Av. Santa Rita.

Em novembro, os estudantes foram surpreendidos com uma pauta interna: o aumento do Restaurante Universitário de R\$1,90 para R\$9,00. O DCE e os representantes discentes nos órgãos colegiados moveram uma grande campanha, junto aos estudantes, para reverter ou amenizar a situação. Entre as estratégias adotadas estiveram manifestações, produção de conteúdo para alertar os estudantes e a cidade dos possíveis impactos e ações midiáticas para engajar o público afetado - que em maioria estava fora de Viçosa. Em uma das ações, a hashtag “#UFVTáOsso” chegou aos trending topics mundiais, figurando entre o assunto mais comentado na América Latina. A constante mobilização dos estudantes, nas ruas e nas redes, ganhou repercussão e a UFV foi obrigada a criar um comitê de crise para lidar com os danos gerados à sua imagem. Em negociação, o Movimento Estudantil conseguiu implementar faixas de progressão de valores, a depender da renda do estudante. Agora, parte dos estudantes é isenta de pagamento, outra paga 25% da cota (R\$2,20) e os demais pagam 60% da cota (R\$5,40). Mesmo com a repercussão, inclusive em veículos de alcance nacional, o jornal Folha da Mata não noticiou nenhuma das ações realizadas pelos estudantes.



Figuras 14 e 15 (Mobilizações estudantis contra o aumento do Restaurante Universitário)

Em janeiro, com um novo aumento exponencial de casos ocasionado pela variante ômicron do coronavírus, a UFV interrompeu o processo de retorno presencial para reavaliar sua viabilidade. Ela adiou o retorno, previsto para 26 de janeiro, em uma semana e convocou reuniões para avaliar o cenário epidemiológico junto a especialistas. Mesmo com o adiamento, os cidadãos já se preparavam para receber os estudantes, e os próprios estudantes já se dirigiam a Viçosa, como exposto pelo jornal Folha da Mata:

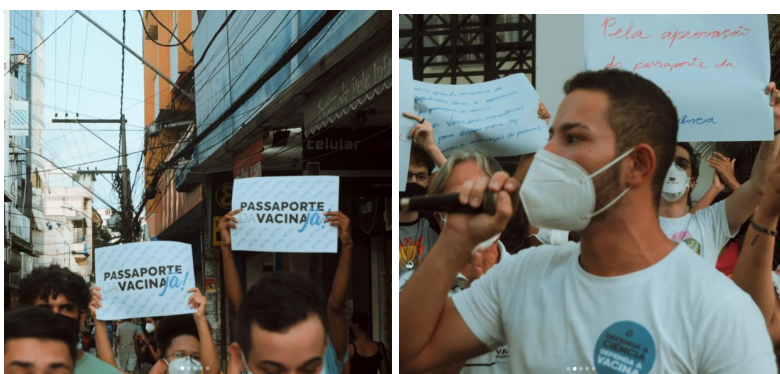


Figuras 16 e 17 (Recorte do Jornal Folha da Mata, de 02/01/2022)

Nesse cenário, o DCE, embasado pelas discussões realizadas no seu seminário em setembro, apresentou o “Plano de Viabilização do Retorno Presencial”, que elencava 11 pontos práticos a serem cumpridos pela Universidade e pelo Poder Público Municipal - já levantados pelo Diretório em discussões anteriores com o poder público - para garantir o retorno e a segurança dos envolvidos. Entre eles, a proibição de festas e aglomerações, a implementação do passaporte vacinal, fiscalização ativa, retomada de campanhas de conscientização sobre o uso da máscara e das vacinas, definição célere dos protocolos a serem adotados pela Universidade, implementação do passaporte vacinal para docentes e demais servidores da UFV, distribuição de máscaras PFF2 para estudantes em vulnerabilidade

socioeconômica, flexibilização de critérios acadêmicos dada a atipicidade do momento e a reabertura das moradias estudantis e do restaurante universitário. Foram feitas reuniões com o poder público e com a Universidade, além da convocação de mais uma reunião geral do Comitê de Infraestrutura. Na oportunidade, pude colocar na mesa que todos os pontos elencados no documento emergencial já haviam sido debatidos e foram sumariamente ignorados pelas autoridades. Dos 11 pontos colocados, o DCE conquistou todos em negociação, à exceção do passaporte vacinal que dependia de aprovação da Câmara Municipal - que estava em recesso.

Por pressão popular, a Câmara marcou uma reunião extraordinária para o dia 25 de janeiro a fim de debater o projeto proposto pelo DCE e pelo vereador Daniel Cabral. Àquela altura, segundo dados da própria Prefeitura, 85% dos viçosenses já estavam vacinados com 1ª e 2ª doses, sendo que os outros 15% eram majoritariamente adolescentes e crianças que ainda não podiam ser vacinados. O DCE convocou uma manifestação em frente da Câmara Municipal para acompanhar a votação e pressionar os parlamentares. Nos dias que antecederam a apreciação do projeto, os estudantes fizeram intensa campanha de convencimento da população, que pareceu apoiar a iniciativa. A votação, contudo, não seguiu a vontade popular e os vereadores rejeitaram o projeto num placar de 8 votos contrários a 7 favoráveis. No dia seguinte, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFV votou por cancelar o retorno presencial integral e confirmá-lo apenas para 24% dos estudantes - com prioridade para disciplinas práticas que não haviam sido ofertadas na pandemia. Mais uma vez, a mobilização dos estudantes não estampou sequer nota de rodapé no principal jornal da cidade.



Figuras 18 e 19 (Mobilização estudantil pelo passaporte vacinal, em 25/01/2022)

Os dias que se seguiram também foram de constante mobilização para evitar que o retorno presencial integral, agora marcado para maio, não fosse mais uma vez interrompido. Assim, o DCE requereu ao governo do Estado de Minas Gerais um quantitativo extra de

doses de vacina para imunizar os estudantes recém-chegados em Viçosa e acelerar o reforço da população local. O pedido foi atendido, e a superintendência regional de saúde disponibilizou 6.000 doses extras para complementar a campanha. Felizmente, com a ampla vacinação, os números da Covid-19 começaram a ficar estáveis em Viçosa e no país. Por conta dos protocolos, a UFV não registrou casos entre a comunidade estudantil - o que endossou a possibilidade de retorno presencial integral. Por conta do cenário favorável e o fim de uma série de restrições assim que o município passou a configurar na “onda verde” do Minas Consciente, festas e aglomerações voltaram a acontecer na cidade. Em março, o ponto alertado anteriormente pelo DCE, de que a Av. Santa Rita poderia ser foco de aglomerações festivas, foi concretizado. Centenas de jovens ocuparam as vias para celebrar o retorno presencial. Em março, a pauta estampou as páginas do jornal Folha da Mata:

Aglomerações na Av Santa Rita desafiam autoridades

Resolução do problema requer alinhamento entre diversos setores e autoridades para a definição de normas eficientes e duradouras no controle de barulho e fluxo de pessoas durante a madrugada



Ruas cheias ao longo da madrugada na avenida Santa Rita e entorno: problema recorrente de Viçosa, que incomoda moradores e até mesmo alguns donos de estabelecimentos próximos, que alegam ter pouca autonomia para resolver a situação e, ao mesmo tempo, conseguir trabalhar dentro das regras

21 - Folha da Mata - Quarta-feira - 13 de abril de 2022

PM marca presença na Santa Rita



Ninguém foi preso

Na noite do último sábado, 9, a polícia militar realizou operação contra a prática de crimes nas imediações da avenida Santa Rita, em Viçosa.

Na ocasião, cerca de 10 policiais militares fizeram patrulhamento ostensivo na área, onde coibiram

o tráfico de drogas, assaltos, circulação de menores de idade consumindo álcool, e a perturbação do sossego. Alguns veículos também foram apreendidos por estarem em desacordo com a legislação de trânsito.

Na oportunidade, ninguém foi preso.



Figuras 20, 21 e 22 (Recortes do Folha da Mata em 10/03, 07/04 e 13/04)

Nas redes sociais, moradores cobraram atitudes da Prefeitura, que passou a patrulhar a avenida e dispersar aglomerações sem motivo aparente - apenas com a denúncia de uso de entorpecentes. A truculência dos policiais, que usavam sprays de pimenta e apreendiam sacos de gelo, tornou-se ponto de constantes denúncias nas redes sociais. A crítica feita nas páginas do jornal Folha da Mata atacava os estudantes e apontava para “uma baderna” generalizada e uma “porqueira” ocasionada pelo lixo no chão, para além da perturbação do sossego dos moradores. Diante das críticas, me posicionei enquanto coordenador do DCE pedindo que os estudantes evitassem jogar lixo no chão, mas salientei que não existia nenhuma lixeira no decorrer da Avenida. “Se não tem lixeira, é óbvio que vai ter lixo no chão”, afirmei. Todos esses pontos já haviam sido levantados no comitê de infraestrutura no ano anterior, quando cobrei para que medidas fossem tomadas - e fui prontamente ignorado.

A prefeitura também usava o artigo 135 do Código Municipal de Posturas, que rege sobre a ordem pública, para fechar deliberadamente estabelecimentos. O artigo dizia que o

comércio é responsável pela organização do espaço imediatamente à frente do recinto, bem como a manutenção do decoro, mas a prefeitura interpretou que isso significava que os bares deveriam cuidar de uma multidão que se aglomerava no decorrer da avenida, incluindo deveres intrínsecos à administração pública, como o recolhimento de lixo. Com base nisso, os fiscais e a Polícia Militar interditaram, por diversas vezes, bares na cidade.

Em 13 de abril, a UFV confirmou o retorno presencial integral para o dia 2 de maio. Antes disso, o jornal Folha da Mata noticiou em primeira página que “Segunda terá aula na UFV”, ignorando que a UFV não ficou sem aulas durante a pandemia. Pelo contrário, foi a primeira universidade do país a adotar um regime remoto de ensino, ainda em abril de 2020. O jornal também publicou que “A pandemia da Covid-19 afastou de Viçosa grande parte de sua população flutuante. (...) Agora, todos os quase 17 mil estudantes da UFV voltam a compor o cotidiano viçosense, motivo de comemoração para o setor de comércio e serviços”. Na edição seguinte, a capa do jornal foi:



Figuras 23 e 24 (Recortes do Folha da Mata em 28/04 e 05/05)

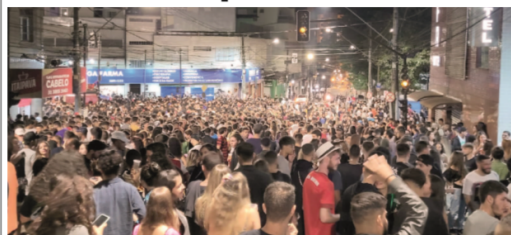
Durante a primeira semana do retorno presencial, o DCE promoveu uma série de eventos culturais na sua sede aberta, incluindo a transferência de títulos de eleitor de outras cidades para Viçosa, com o objetivo de engajar a comunidade estudantil na política local. Na oportunidade, o perfil do DCE postou: “você abraçaram a nossa campanha e agora, com MUITA alegria, nós anunciamos que Viçosa tem pelo menos 303 novos eleitores! Que coisa LINDA! Já elege um vereador, hein!? 🤔 Será que agora que nós temos muitos votos vão respeitar a gente?”. Além dessa ação, estava previsto e coordenado com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Cultura a realização do festival “Muvuca”. Com contratos firmados, artistas convidados e divulgação feita, fomos informados pela Prefeitura de que o evento não poderia mais acontecer. O motivo alegado foi a falta de um “termo de cooperação” que permitisse a exploração comercial do espaço público pelo patrocinador, que sem a possibilidade de venda e consumação, o evento não teria viabilidade econômica para acontecer. Cabe ressaltar que logo após a ampla divulgação do ocorrido e sua repercussão, a

prefeitura elaborou um termo de cooperação geral, permitindo que eventos no mesmo modelo proposto pelo DCE fossem permitidos na cidade.

Consternados com a ocorrência e tentando negociar as dívidas adquiridas com o cancelamento do evento de última hora, o DCE publicou uma nota, afirmando que “diversas vezes ouvimos promessas de que seria possível, de que os documentos necessários seriam providenciados, isso por parte da própria Prefeitura. Mas infelizmente não foi assim. Pedimos desculpas por gerar essa expectativa. Esperamos que, no futuro, as promessas não sejam vazias”. Felizmente, as dívidas foram pagas com uma ação de venda de copos, abraçada pela comunidade estudantil. As investidas em torno de aglomerações estudantis ganharam a mídia local e os comentários de diversos estudantes nas redes sociais. Após mais uma ação deliberada dos fiscais e da Polícia Militar em 07/05, usei o meu *twitter* para expressar o meu descontentamento: “Agora Viçosa está segura! A prefeitura ACABA de apreender a GRANDIOSA quantidade de DOIS sacos de gelo que estavam afligindo os moradores e transeuntes da Av. Santa Rita. Me sinto muito mais seguro. Obrigado, prefeitura!”.



Avenida Santa Rita será tema de audiência pública na Câmara



Uma multidão ocupou a avenida Santa Rita e parte da rua Padre Serafim na noite do dia 1º de maio, para comemorar o retorno a Viçosa após dois anos de pandemia e de aulas remotas

Figuras 25 e 26 (Tweet em 07/05 e recorte do Folha da Mata em 12/05)

O *tweet* em questão circulou nas altas cúpulas de poder da cidade. Nos grupos de *whatsapp* da Câmara Municipal e da Prefeitura. Na semana seguinte, eu, que estagiava na Câmara Municipal de Viçosa, fui ameaçado de demissão e coagido a apagar o post porque, segundo alguns vereadores, “um funcionário da Câmara não pode emitir suas opiniões políticas” - fato que não estava mencionado no meu contrato e sequer tem base legal. Fui convocado a prestar elucidações num programa da rádio Montanhese³⁰ e, pior, fui convocado a comparecer à sede da Polícia Militar. Lá, acompanhado de outras lideranças estudantis, fiquei por três horas sendo inquirido sem qualquer tipo de acusação, mandado ou crime cometido. A reunião foi iniciada com a leitura de uma entrevista concedida ao jornal online

³⁰ Entrevista disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdLpdIijgLt/>. Acesso em 20 out. 2020.

Primeiro a Saber³¹ e, logo após, perguntaram se eu concordava com as minhas próprias afirmações. Interpretei a situação toda como uma clara tentativa de coação e intimidação, uma vez que a sala contava com representantes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Diretran, Secretaria de Fazenda, Fiscalização, Administração e Prefeitura Municipal - tudo isso para conversar com um jovem de 22 anos dentro da sede da Polícia Militar. Fui informado de que quaisquer aglomerações na Avenida poderiam ser imputadas criminalmente à minha pessoa, o que também não tem qualquer base legal.

Na semana seguinte, fui convidado a comparecer à Audiência Pública sobre a Av. Santa Rita³², convocada pelo vereador Daniel Cabral. Além de mim, estiveram presentes representantes dos bares, moradores, polícia militar, secretarias municipais de fiscalização e fazenda, Universidade, vereadores e comunidade civil. Durante minha explanação, levantei a necessidade de tratar o problema com a devida inteligência, sem que afete a economia local, o direito dos estudantes, dos bares e dos moradores da Avenida. Tive que pedir, a todo momento, direito de resposta para rebater acusações e críticas feitas. Na sessão, além de mim e do vereador Daniel, a juventude, considerada o “problema” no caso, não teve direito a fala. Salientei alguns pontos: no primeiro, destaquei que a UFV está presente em Viçosa há pelo menos 95 anos. Em todos esses anos, não foi possível pensar qualquer alternativa para as constantes, desejáveis e naturais aglomerações estudantis? No segundo, tentei refletir sobre o fato de que é compreensível que moradores e baristas estejam inconformados com a situação, o que não é compreensível eram os ataques constantes à juventude em veículos e no discurso de autoridades públicas. No terceiro, ressaltéi que a Prefeitura foi omissa em diversos momentos e aparenta fingir que a situação não existe - apreender sacos de gelo é eficiente? No quarto, destaquei que a aglomeração na Av. Santa Rita só acontece porque não existem outros espaços abertos e gratuitos para que a juventude possa socializar.

Tive, por diversas vezes, as minhas falas deslegitimadas. Fui chamado de “moleque”, “mal-criado”, “rapazinho”, “oportunista” e outras adjetivações utilizadas para desqualificar a minha posição. Um dos participantes disse conhecer “todas as regras e funções de um presidente de DCE” e afirmou que eu não tinha “qualquer autoridade dentro da cidade”. O meu *tweet* também foi ponto de discussão da audiência por pelo menos três vezes, citado por autoridades da Prefeitura e da Polícia Militar. Em uma das falas, o Tenente Coronel Píramo afirmou que o papel deles não é reprimir, “como é postado por alguns aí”, mas sim coibir o

³¹ Entrevista disponível em: <https://primeiroasaber.com.br/2022/05/02/fim-de-semana-de-rita-volta-as-aulas-registra-lotacao-e-sujeira/>. Acesso em 20 out. 2022.

³² Audiência pública completa disponível em: <https://youtu.be/GR5Y4IN2Hoo>. Acesso em 20 out. 2022.

tráfico de drogas e manter o decoro público. Ora, sendo assim, as centenas de estudantes presentes ali são usuários de drogas? Ele também afirmou que Viçosa não é uma "cidade praiana" e que "índio (sic) é mais culto do que estudante". Marcus Nunes, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, ao ser questionado sobre o lixo na Avenida, afirmou que a responsabilidade sobre o lixo gerado é da população, e não da autarquia - cuja função de existir é a manutenção da limpeza e a gestão de resíduos sólidos no município. Uma fiscal denunciou que sofreu agressões na Av. Santa Rita deferidas por estudantes: "vão esperar matar um fiscal?". Contudo, não existe qualquer ocorrência do caso registrada pela Polícia Militar.

A Rita, dona do Bar Norte Mineiro, desabafou dizendo que "eu imaginava que hoje teríamos uma discussão sobre a Av. Santa Rita, não sobre o Lucas e os estudantes". Uma das fiscais afirmou já ter me visto na Av. Santa Rita, como se isso fosse algum tipo de demérito. A diversão, o riso, o escárnio e a brincadeira são demonizados e criticados. Existe, por sua oposição, uma valorização da seriedade tentando associá-la a valores como honestidade, capacidade e inteligência. Quanta carece! Esse comportamento não deveria ser suficiente para deslegitimar opiniões, falas e experiências outras que em nada tem a ver com a discussão proposta.

A vereadora Vanja Albino, leu outro *post* meu que dizia: "Diferente de alguns vereadores e outras autoridades do município, acreditamos que acabar com a Av. Santa Rita ou reprimir a juventude não resolve o problema. É preciso cobrar para que o poder público aplique políticas públicas para esse grupo social e trate o problema com a inteligência necessária."³³ e se queixou sobre eu ter marcado o perfil oficial da Câmara Municipal de Viçosa no *instagram*, o que, segundo ela, foi uma forma de "enxovalhar" o trabalho dos vereadores. Ela completou dizendo que "me admira você, estando aqui dentro e trabalhando na Câmara, sendo estagiário do vereador Daniel, dizer isso". Depois disso, uma série de vereadores me citou nominalmente, dizendo que as minhas falas e opiniões acerca das ocorrências não tinham qualquer legitimidade, eram mentirosas e/ou enviesadas. Sobre o número de títulos de eleitor transferidos pelo DCE, a vereadora perguntou: "o seu estagiário Lucas disse que transferiram não sei quantos títulos de eleitor. Mas de que adianta esse tanto de gente se inscrever para votar se elas não têm educação?". Ela também disse que não seguia o DCE nas redes, mas que passaria a seguir para conferir se nós estávamos mesmo "fazendo

³³ Publicação disponível em: https://www.instagram.com/p/CdnxIHdLU_h/. Acesso em 20 out. 2020.

essas campanhas”. Ressaltamos que o papel do legislativo, pela Constituição, é fiscalizar o poder Executivo, não as redes sociais de outrem.

Como encaminhamento da Audiência Pública, foi tirada a criação de uma frente única de discussão do assunto capitaneada pelo Ministério Público. Nem o DCE, tampouco qualquer liderança estudantil ou jovem foi convidado a participar de tal frente. Além disso, também foi encaminhada a possibilidade da criação de uma “lei seca”, que proíba o uso de bebidas alcoólicas em vias públicas. As autoridades também pareceram responsabilizar o DCE pelos problemas expostos, pedindo que o Diretório realize campanhas e fiscalize a situação. Cabe ressaltar que o DCE não recebe salários, tampouco pertence à esfera da governança pública, muito menos tem qualquer autoridade para abordar cidadãos.

Essa foi a minha última ação enquanto coordenador do Diretório Central dos Estudantes, uma vez que era o último dia regimental da gestão “Todo Mundo no DCE”, da qual eu fazia parte. A discussão não morreu, mas foi enterrada e tornou-se latente outra vez. Nos dias seguintes, o que se observou foi a continuidade da repressão policial e um fluxo de estudantes e jovens migrando para outro bar da cidade, o Teddies - como alertamos que aconteceria em caso de embargo da Av. Santa Rita. O problema é orgânico e claramente resultado da falta de políticas públicas e espaços para a juventude na cidade, e não será resolvido enquanto estes gargalos não forem tratados com a seriedade e inteligência necessárias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo compreender quais os atravessamentos a juventude, como uma categoria política, tem na cidade de Viçosa e como a categoria tanto aparece quanto se torna latente nas políticas públicas locais e nos contextos político-institucionais. Também objetivamos narrar as diferentes juventudes presentes no contexto viçosense e identificar se existe algum tratamento distinto por parte do poder público a estes. Além disso, pretendemos expor as tensões presentes em iniciativas, projetos de lei e documentos oficiais do Poder Público Municipal, além de identificar latências e aparências no tratamento da juventude em espaços de poder, na mídia local e nas redes sociais. Para cumprir os objetivos propostos, nos guiamos por uma abordagem afetiva na perspectiva de Moriceau. Isto é, não buscamos apenas analisar ou explicar determinadas situações, mas sim comunicar os afetos para que os gestos de leitura possam completá-los. Nesse sentido, para mim, que coordenei o Diretório Central dos Estudantes e que estive inserido nesse contexto, realizar uma pesquisa sobre esse tema que não fosse guiada pelos afetos não se justificaria. Não tenho o que comprovar ou demonstrar, mas ao comunicar esses afetos, busco fazer-aparecer essa categoria também a partir da minha experiência - o que é algo muito próprio aos contextos da comunicação como campo de pesquisa científica.

De modo geral, pudemos observar que a Juventude é uma categoria política ativa em Viçosa, promovendo manifestações, campanhas e incitando o debate público e cenas de dissenso acerca de diversos temas interessantes à seus pares. Entretanto, ela não é legitimada pelo regime policial, pelos poderes públicos e pela mídia, sendo retirada do debate sempre que possível e configurando apenas um grupo demográfico para estes. O poder público valoriza a presença e a pegada econômica dos estudantes e da população flutuante, mas não parece estar disposto a lidar com os problemas intrínsecos e reivindicações que partem deste grupamento populacional. Para Rancière, o espaço público é justamente constituído assim, quando os “sem-parte” tomam a palavra e ação a partir de um lugar que não lhes foi atribuído sociologicamente, mas lançam mão de artifícios argumentativos e de exposição posicionado distante do status que lhes foi designado pela ordem policial.

A existência dos sem-parte está ligada a uma desidentificação, ao questionamento da naturalidade com que aos sujeitos é atribuído um lugar à abertura de um espaço de sujeito no qual qualquer um pode ser contado, porque ele é o espaço de uma conta dos não contados, de uma relação entre uma parte e uma ausência de parte (RANCIÈRE, 1995, p.60).

A razão pela qual a política não pode ser identificada com o modelo da ação comunicativa é que ele pressupõe que os parceiros já estejam constituídos enquanto tais, e as formas discursivas das trocas implicariam uma

comunidade de discurso na qual os constrangimentos já estariam explicitados. O que é próprio do dissenso é que os parceiros não estão de antemão constituídos, nem o objeto de discussão e nem mesmo a cena de conflito. Aquele que deseja mostrar que faz parte de um mundo comum que o outro não vê, não pode se valer de uma lógica normativa implícita (RANCIÈRE, 2004a, p.244).

Ainda assim, as juventudes viçosenses, sobretudo a universitária, têm papel ativo e importante na promoção do contraditório e na cobrança explícita do governo local e da Universidade, sendo fundamental para a conquista de direitos, implementação de garantias, levantamento de pautas e representação de classe. A existência de grupos como o Diretório Central dos Estudantes, que toma para si o dever de representar os sem-parte nas instâncias de poder, permite que a comunidade exista enquanto uma comunidade política, “dividida por um litígio fundamental, por um litígio que se refere à conta de suas partes, antes inclusive de referir-se aos seus ‘direitos’” (RANCIÈRE, 2010, p. 23). Pelas discussões e repercussões das ocorrências, a ordem consensual esmagadora da política tenderia a ignorar as demandas juvenis, mas, pela reivindicação participatória e força política, a juventude move as delimitações da partilha do sensível e afeta o debate público.

As demandas juvenis, ainda latentes em sua maioria, permanecem existentes no contexto viçosense. A ausência de políticas públicas e garantias constitucionais, como o Fórum e o Conselho Municipal de Juventude, que visam promover e incentivar a participação dessa categoria, são determinantes no apagamento de suas reivindicações e necessidades. Assim, é necessária a adoção de uma ética que articule a lógica da igualdade com a lógica da diferença, reposicionando o conceito de identidade de forma não essencialista, mas que não menospreze o trabalho identitário cotidiano das “minorias” e grupos organizados, em suas operações policiais e políticas. Até quando e com quais pretextos pretendemos seguir ignorando demandas frequentes e legítimas da comunidade? É preciso reconhecer a “contribuição milionária de todos os erros”³⁴ já cometidos e usá-los como subsídio e diretriz na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

³⁴ Frase de Oswald de Andrade, no Manifesto Pau-Brasil, de 1924.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUTLER, J., **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. 2016. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial-IRaMuTeQempportugues_17.03.2016.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Traduzido por Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

DAYRELL, J. **O Jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GROPPO, Luiz Antônio. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes**. Última Década, n. 33, p. 11-26, 2010.

FRAGA, K. ZINI, L. **Os movimentos sociais e a democratização do direito à expressão no rádio**. Esferas, ano 12, vol. 1, nº 23, janeiro-abril de 2022. ISSN 2446-6190.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. AFETOS E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA: Uma abordagem possível. In: MENDONÇA, C. M. C.; DUARTE, E.; FILHO, J. C. (org.). **COMUNICAÇÃO E SENSIBILIDADE: PISTAS METODOLÓGICAS**. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. p. 78-98. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/comunicacaoesensibilidade/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MORICEAU, Jean-Luc. **A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis**. In: PESSOA, Sônia; PRATA, Nair (orgs.). *Desigualdades, gênero e comunicação*. Livro do Congresso Intercom, 2019, p. 41-49.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 1524, 1997.

PETRAGLIA, Izabel; BASTOS, Cláudio R. F. **Morte, Complexidade e Educação**. *Notandum (USP)*, v.1, p.21-28, 2009

RANCIÈRE, Jacques. **La Mésentente– politique et philosophie**. Paris: Galilée, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: **A crise da razão**. Organizado por NOVAES, Adauto. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Le Partage du Sensible: esthétique et politique**. Paris: La Fabrique éditions, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **Aux bords du politique**. Paris: Gallimard, 2004.

RANCIÈRE, J. **The ethical turn of aesthetics and politics**. In: **Dissensus : on politics and aesthetics**. Edição e tradução de Steven Corcoran. Londres: Continuum, 2010, p.184-202.

RANCIÈRE, Jacques. **The thinking of dissensus: politics and aesthetics**. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. *Reading Rancière*. London: Continuum International Publishing Group, 2011a, p.1-17.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: Cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. 244 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. .

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In B. S. Santos, & M. P. Meneses. *Epistemologias do Sul*. Cortez, 2010, p. 31-83.

SAVAGE, John. **A criação da Juventude**: como o conceito de teenager revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n. 24; p. 16-39; set./dez. 2003.

VAZ, Paulo Bernardo. ANTUNES, Elton. Mídia, um aro, um halo, um elo. In: FRANÇA, Vera e Guimarães, César. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.